LEI COMPLEMENTAR N. 419, DE 19 DE AGOSTO DE 2024.

Dispõe sobre o Código de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do município de Brusque e dá outras providências.

O **PREFEITO DE BRUSQUE**:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Complementar tem por objetivo disciplinar o zoneamento, uso e ocupação do solo no município de Brusque, de acordo com as diretrizes do Plano Diretor, do qual é parte integrante.

Parágrafo único. Integram esta Lei os mapas, tabelas, quadros, plantas e desenhos contidos nos Anexos I - Macrozoneamento, II - Zoneamento, III - Índices Urbanísticos, IV - Tabela de Usos, V - Número máximo de unidades em função da largura da via, VI - Faixas de Domínio Rodovias, VII - Tabela de Estacionamento e VIII - Cadernos de Desenhos (1 a 6).

Art. 2º São objetivos desta Lei:

I - definir as diferentes Zonas e respectivos usos e ocupações do solo da área urbana do Município;

II - estabelecer a hierarquia do Sistema Viário;

III - fornecer diretrizes para a integração de usos nas Zonas e a alocação dos equipamentos básicos necessários à vida equilibrada e saudável da população;

IV - implantar gradativamente o planejamento por zoneamento, de forma a incentivar o seu desenvolvimento autônomo.

CAPÍTULO II
MACROZONEAMENTO

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 2408191053360A129

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, fica o território do município de Brusque dividido nas seguintes áreas:

I - Área Urbana: é aquela incluída dentro dos limites do perímetro urbano, definido em lei municipal específica;

II - Área Rural: é toda parcela do território do Município, excluída a área urbana, que se destina à prática da agricultura, pecuária, silvicultura e a conservação dos recursos naturais, bem como salvaguardar a paisagem natural, propiciando o desenvolvimento das atividades turísticas e de lazer.

Art. 4º O macrozoneamento tem por finalidade orientar o desenvolvimento, direcionando o crescimento para as áreas mais adequadas à urbanização, dotadas de infraestrutura adequada e capacidade de suporte.

Art. 5º O macrozoneamento, conforme mapeado no Anexo I, pressupõe a divisão do território brusquense em 3 (três) grandes grupos de Zonas, conforme a função precípua a que se destinam, assim descritas:

I - Macrozona de Estruturação Urbana: são Zonas a serem adensadas respectivamente, a curto e médio prazo, para melhor aproveitamento da infraestrutura urbana já existente, correspondendo às áreas mais centrais da cidade;

II - Macrozona de Recuperação e Proteção Ambiental: são Zonas para onde se direcionará o crescimento da cidade a médio e longo prazos, desde que haja ampliação da infraestrutura urbana, correspondendo às áreas mais periféricas da cidade;

III - Macrozona de Estruturação Rural: são Zonas voltadas às práticas agrícolas com uso sustentável, conservação dos recursos naturais, salvaguarda da paisagem natural e desenvolvimento das atividades turísticas e de lazer.

CAPÍTULO III
ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Art. 6º Considera-se zoneamento, para efeito desta Lei, a divisão da área municipal em Zonas diferenciadas, segundo sua precípua destinação de uso e ocupação do solo urbano.

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 240819105336OA129

Art. 7º Uso do solo, para efeito desta Lei, é o aproveitamento de uma área para uma determinada atividade urbana e se refere ao caráter qualitativo da utilização do solo urbano.

Art. 8º Ocupação do solo, para efeito desta Lei, se refere ao caráter quantitativo da utilização do solo urbano.

Art. 9º O zoneamento visa dar a cada região a utilização e o adensamento mais adequados em função do sistema viário, da topografia, do uso do solo e da infraestrutura existente, através da criação de Zonas de uso e adensamento diferenciados.

§ 1º Quando em um mesmo terreno incidirem zoneamentos diferentes, estejam situados eles nas Macrozonas de Estruturação Urbana e de Recuperação e Estruturação Ambiental, os limites de ocupação e uso do solo serão determinados conforme as disposições do zoneamento de maior incidência sobre a área total do terreno.

§ 2º Para fins deste Código, considera-se “zoneamento de maior incidência” aquele que abrange a maior proporção da área total do terreno, quando este estiver sujeito a mais de um zoneamento ou macrozoneamento.

§ 3º A aplicabilidade da regra de maior incidência fica condicionada à comprovação de que as matrículas dos terrenos em questão tenham sido geradas por processos de unificação ou anexação, até a data da publicação desta Lei.

§ 4º No prazo de até 1 (um) ano a partir da publicação desta Lei, o poder público deverá realizar estudo técnico e análise de impacto com o objetivo de revisar a legislação que estabelece os perímetros urbanos do Município, em observância aos critérios de vizinhança e infraestrutura dispostos no § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 239, de 30 de setembro de 2015, bem como à Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Art. 10. Todas as licenças municipais deverão obedecer e estar em estreita consonância com esta Lei.

Art. 11. A área municipal, integralizada pelas áreas urbana e rural, fica agrupada em 17 (dezessete) Zonas conforme a função precípua a que se destinam, assim divididas:

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 240819105336OA129

I - na Macrozona de Estruturação Urbana:

a) Zona de Adensamento e Desenvolvimento – ZAD;

b) Zona de Adensamento e Desenvolvimento Intermediário – ZADI;

c) Zona de Descentralização – ZD;

d) Zona de Descentralização Águas Claras – ZDA;

e) Zona de Descentralização Limeira Baixa – ZDL;

f) Zona de Interesse Histórico-Cultural Azambuja – ZIHA;

g) Zona Industrial – ZI;

h) Área Industrial Limeira – AIL;

i) Zona de Interesse Histórico Cultural – ZIHC;

j) Zona Especial Jardim Maluche – ZEM;

k) Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS;

II - na Macrozona de Recuperação e Proteção Ambiental:

a) Zona de Ocupação Rarefeita – ZOR;

b) Zona Especial Limeira Alta – ZELA;

c) Zona de Urbanização Específica – ZUE;

d) Zona Ambiental de Ocupação Controlada Cristalina – ZAOC;

e) RPPN Chácara Edith;

f) Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS;

III - na Macrozona de Estruturação Rural: Zona Rural – ZR.

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 2408191053360A129

§ 1º São parte integrante desta Lei Complementar o mapa de delimitação das macrozonas, o mapa de delimitação do zoneamento e microzoneamento, a tabela de índices urbanísticos e a tabela de uso e ocupação do solo, conforme Anexos I, II, III e IV, respectivamente.

§ 2º As Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS serão objeto de lei específica e poderão ser instituídas nas macrozonas previstas nos incisos I e II deste artigo.

Art. 12. A presente Lei estabelece os usos conformes, os índices urbanísticos e as áreas para estacionamento, conforme as tabelas que a integram, para cada uma das Zonas previstas.

Seção I
Uso do Solo

Art. 13. As atividades de uso do solo estão classificadas de acordo com o estabelecido nos Anexos III e IV e enquadradas na divisão das Zonas do Anexo II da presente Lei.

§ 1º Quando pela sua localização, porte ou disponibilidade de vagas de estacionamento, a atividade interferir significativamente na circulação de veículos e pedestres, nas atividades residenciais e empresariais, no meio ambiente, na declividade ou em cota altimétrica, considerados pelo Município como passíveis de avaliação detalhada, o caso poderá ser levado para análise do Conselho Municipal da Cidade – COMCIDADE, para decisão fundamentada, e dependerá de Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV.

§ 2º Serão respeitadas as restrições dos loteamentos autorizados anteriormente à aprovação desta Lei, desde que averbadas na matrícula mãe que gerou o loteamento ou descritas em memorial aprovado perante o Registro de Imóveis competente.

§ 3º As atividades comprovadamente estabelecidas em determinado endereço, por período superior a 1 (um) ano, quando solicitarem alterações contratuais que não incluam outras atividades, terão sua viabilidade deferida por questões de consolidação.

§ 4º Quando houver solicitação de inclusão de novas atividades não permitidas ao zoneamento da área, deverá ser comprovada a existência de

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 2408191053360A129

atividades similares (da mesma categoria) por mais de 5 (cinco) anos no mesmo endereço.

§ 5º A partir da data de sanção deste Código, não serão mais permitidas restrições de uso do solo em loteamentos, que passarão a ser regidos pelo disposto nos Anexos I, II, III e IV da presente Lei.

Art. 14. Cada Zona terá usos e atividades classificados por padrões admissíveis de incomodidade.

§ 1º Incomodidade é o estado de desacordo de uso ou atividade com os condicionantes locais, causando reação adversa sobre a vizinhança, tendo em vista suas estruturas físicas e vivências sociais.

§ 2º Os fatores de incomodidade para as finalidades desta Lei ficam assim definidos:

I - poluição sonora: geração de impacto causada pelo uso de máquinas, utensílios ruidosos, aparelhos sonoros ou similares com repercussão no entorno;

II - poluição atmosférica: lançamento na atmosfera de matéria ou energia provenientes dos processos de produção ou transformação;

III - poluição hídrica: lançamento de efluentes que alterem a qualidade da rede hidrográfica ou a integridade do sistema coletor de esgotos;

IV - geração de resíduos sólidos: produção, manipulação ou estocagem de resíduos sólidos, com riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública;

V - vibração: impacto provocado pelo uso contínuo de máquinas ou equipamentos que produzam choques repetitivos ou vibração sensível;

VI - insegurança social: atividades de carceragem, de recuperação de dependentes químicos e de pessoas desajustadas socialmente;

VII - impacto de tráfego: atividades que interfiram na capacidade disponível no sistema viário da vizinhança para absorver o fluxo gerado por novo empreendimento ou atividade.

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 2408191053360A129

Art. 15. Os diferentes usos, nas Zonas estabelecidas por esta Lei, ficam classificados em:

I - usos permitidos: já existentes ou não, adequados às categorias e subcategorias da Zona a que pertencem;

II - usos tolerados: já existentes legalmente, que não se enquadram às categorias e subcategorias permitidas à Zona a que pertencem, aceitando-se a sua permanência desde que não haja aumento das áreas edificadas;

III - usos permissíveis: compreendem as atividades cujo grau de adequação à Zona depende de exame específico, mediante análise de conformidade pela Comissão Técnica Especial Permanente de Acompanhamento e Implementação do Plano Diretor – CTEP, a qual poderá indicar parâmetros de ocupação mais restritivos, em especial quanto:

a) à adequação à Zona onde será implementada a atividade;

b) à ocorrência de conflitos com o entorno da atividade, considerando-se potenciais prejuízos ao sistema viário e à segurança, ao sossego e à saúde dos habitantes vizinhos;

IV - usos proibidos: compreendem as atividades que por sua categoria, porte ou natureza são incompatíveis com as finalidades urbanísticas da Zona correspondente.

Art. 16. A permissão para a localização de qualquer atividade de natureza perigosa, incômoda ou nociva dependerá de licença ambiental expedida pelo órgão competente.

Art. 17. Os usos não mencionados no Anexo IV serão tratados por analogia aos usos nele previstos, podendo ser solicitado, em caso de dúvida, um parecer técnico do IBPLAN.

Art. 18. Fica mantida a permissão para usos comprovados de edificações, existentes ou executados até a data da publicação desta Lei, ainda que em desconformidade com esta, observado o seguinte:

I - não poderão ser substituídos por outros usos, contrários à presente Lei;

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 240819105336OA129

II - não poderão ser restabelecidos após 3 (três) meses de descontinuidade.

Art. 19. Será considerada como Zona Industrial, exceto quando se tratar da Área Industrial Limeira – AIL, a área delimitada pelo terreno de indústria existente anteriormente à vigência desta Lei, com comprovação legal de sua existência, ainda que com localização inadequada segundo o zoneamento.

§ 1º Nas Zonas Industriais poderão ser construídas edificações para novas atividades em substituição àquelas já existentes, desde que:

I - os usos tenham potencial poluidor degradador ambiental igual ou inferior ao existente anteriormente;

II - sejam providenciadas as Licenças Ambientais (Prévia, de Instalação e de Operação) para a nova atividade a ser instalada;

III - o uso seja autorizado em alvará de ampliação da construção emitido pelo IBPLAN.

§ 2º Fica permitida a ampliação das atividades nas Zonas Industriais.

§ 3º Os usos industriais para novas construções obedecerão aos índices urbanísticos previstos para as Zonas onde estiverem localizados.

Seção II
Áreas *non aedificandi*

Art. 20. Havendo alteração de curso d´água original ou implantação de rede suplementar/complementar ao referido curso executadas pelo órgão público competente, o recuo da tubulação suplementar, bem como do curso d´água original, poderá ser reduzido.

§ 1º Fica autorizada a ocupação das áreas com tubulação desativada, ou seja, sem função de drenagem pluvial urbana, desde que existente tubulação alternativa para drenagem conforme atestado por laudo emitido pelo órgão competente, devendo a canalização ser preenchida com material resistente para evitar afundamento do solo.

§ 2º Nos casos específicos de retificação ou desvio de curso d´água,

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 2408191053360A129

os recuos somente serão reduzidos com expressa autorização do órgão ambiental competente.

Art. 21. Não são consideradas Áreas de Preservação Permanente – APPs aquelas, cobertas ou não com vegetação:

I - no entorno de reservatórios artificiais de água que não decorram de barramento ou represamento de cursos d´água naturais e nos formados preponderantemente por acumulação de água de chuva;

II - no entorno de acumulações naturais ou artificiais de água que tenham, isoladamente consideradas, superfície inferior a 1 ha (um hectare), sendo vedada nova supressão de áreas de vegetação nativa, salvo autorização do órgão ambiental estadual;

III - nas faixas marginais de canais, valas, galerias de drenagem ou de irrigação e talvegues de escoamento de águas da chuva;

IV - nas faixas marginais de cursos d´água não naturais, devido à realização de atividades de canalização, tubulação ou incorporação de cursos d´água a sistemas produtivos ou de drenagem urbana ou rural;

V - nas várzeas;

VI - na faixa oposta da via ou rodovia pública que margeia curso d´água.

§ 1º Para as atividades realizadas nos locais indicados no *caput* deste artigo, poderão ser exigidas medidas de conservação do solo e da qualidade da água, por ocasião do licenciamento ambiental ou do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD.

§ 2º No caso de imóveis rurais, as medidas de conservação do solo e da qualidade da água referidas no parágrafo primeiro deste artigo serão indicadas de acordo com as boas práticas agronômicas.

Art. 22. Nos desenhos técnicos dos elementos gráficos a serem apresentados à Prefeitura Municipal, como plantas de situação, localização e plantas baixas, o requerente deverá salientar as faixas *non aedificandi*, a saber:

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 240819105336OA129

I - faixas de domínios de rodovias;

II - redes de energia;

III - ramais de gás;

IV - redes de comunicações;

V - redes de drenagem;

VI - faixas sanitárias;

VII - Áreas de Preservação Permanente – APPs, com suas respectivas áreas e dimensões;

VIII - larguras da pista de rolamento e dos passeios, predominantes ou oficiais;

IX - nível do terreno atual (em seu perfil original, aterrado ou cortado), em relação ao dos terrenos e vias limítrofes.

Art. 23. Quando forem exigidos recuos destinados ao alargamento de vias existentes para o aumento do espaço público, o potencial construtivo deverá ser utilizado no próprio imóvel e a taxa de ocupação e outros índices levarão em conta a área da matrícula do imóvel em questão.

Art. 24. Nos termos da Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006, nas APPs às margens direita e esquerda dos cursos d´água, poderão ser permitidas as seguintes instalações, se consideradas de interesse público ou social e respeitadas as condições técnicas e de segurança:

I - praças e jardins;

II - parques lineares, bacias de retenção e retardo de águas pluviais;

III - ciclovias e trilhas;

IV - componentes das redes de infraestrutura;

V - mobiliário urbano, sanitários e unidades de segurança;

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 240819105336OA129

VI - ruas, avenidas, pontes e acessos.

Seção III
Ocupação do Solo

Art. 25. Os limites de ocupação do solo são determinados pela aplicação simultânea do coeficiente de aproveitamento (C.A.), do coeficiente de aproveitamento máximo (OUTORGA C.A.), da taxa de ocupação máxima (T.O.), do gabarito de pavimentos básico e máximo, do índice de permeabilidade (T.P.) e dos afastamentos e recuos mínimos, indicados no Anexo III da presente Lei.

Parágrafo único. Nos casos onde o limite da Zona de uso e ocupação do solo ocorrer no meio de uma via, ambas as testadas poderão utilizar qualquer índice urbanístico, uso e ocupação do solo.

Seção IV
Coeficiente de Aproveitamento e Outorga do Coeficiente de Aproveitamento

Art. 26. O Coeficiente de Aproveitamento determina a área máxima que pode ser construída em um determinado terreno.

§ 1º A área máxima mencionada acima é obtida através da multiplicação do Coeficiente de Aproveitamento (C.A.) pela área escriturada do terreno, excetuando-se eventuais áreas desapropriadas pelo poder público para ampliação do sistema viário ou para implantação de equipamentos de infraestrutura pública.

§ 2º No cálculo da área máxima a ser construída não são considerados para efeito do Coeficiente de Aproveitamento:

I - os parques infantis, jardins e outros equipamentos de lazer ao ar livre, implantados no nível natural do terreno;

II - as casas de máquinas e de bombas, caixas d´água e centrais de ar-condicionado no plano de cobertura do ático;

III - as marquises;

IV - centrais de gás e subestações de energia elétrica;

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 2408191053360A129

V - as vagas de garagens e a área de circulação de manobras dos estacionamentos, desde que:

a) o edifício não tenha exclusivamente este fim (edifício-garagem);

b) sejam as áreas destinadas a este uso averbadas na matrícula do imóvel, previamente à expedição do Alvará de Construção;

VI - helipontos isolados, fora do corpo das edificações principais;

VII - caixas de circulação de elevadores, caixa de escada e área técnica para condicionadores de ar;

VIII - lixeiras;

IX - pergolados e coberturas móveis;

X - cercas, muros e muretas;

XI - letreiros de publicidade;

XII - rampas de acesso para veículos e pedestres;

XIII - fossas sépticas, filtros anaeróbios e cisternas;

XIV - piscinas isoladas fora do corpo das edificações principais;

XV - tanques, bacias de retenção e retardo de águas pluviais;

XVI - quadros de energia;

XVII - sacadas.

§ 3º O Coeficiente de Aproveitamento Máximo (Outorga C.A.) considera as definições do Coeficiente de Aproveitamento acrescidas de potenciais construtivos adquiridos por meio de Outorga Onerosa, conforme Anexos II e III.

Seção V
Taxa de Ocupação

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 2408191053360A129

Art. 27. A Taxa de Ocupação (T.O.) determina a área máxima que a projeção horizontal de uma edificação pode ocupar no terreno, sendo a relação entre a área da projeção horizontal da edificação e a área do lote.

Parágrafo único. A área do terreno empregada no cálculo da taxa de ocupação é a escriturada, excetuando-se eventuais porções desapropriadas pelo poder público para ampliação do sistema viário ou para implantação de equipamentos de infraestrutura pública.

Art. 28. No cálculo da área máxima a ser construída não são considerados para efeito da Taxa de Ocupação máxima:

I - helipontos;

II - lixeiras;

III - pergolados, coberturas móveis e marquises;

IV - cercas, muros e muretas;

V - letreiros de publicidade;

VI - rampas de acesso para veículos e pedestres, descobertas;

VII - fossas sépticas, filtros anaeróbios e cisternas;

VIII - áreas de estacionamento e circulação descobertas;

IX - piscinas isoladas fora do corpo das edificações principais;

X - equipamentos de recreação descobertos, parques infantis, jardins e outros equipamentos de lazer ao ar livre, implantados no nível natural do terreno;

XI - as casas de máquinas e de bombas, caixas d´água e centrais de ar condicionado;

XII - centrais de gás, subestações de energia elétrica, quadro de energia e hidrômetros;

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 240819105336OA129

XIII - tanques, bacias de retenção e retardo de águas pluviais.

Seção VI
Nº de Pavimentos Básico e Nº Máximo de Pavimentos

Art. 29. O número máximo de pavimentos permitido para cada Zona de uso e ocupação está previsto no Anexo III desta Lei e deve, simultaneamente, respeitar o disposto no Anexo V - Número Máximo de Unidades em Função da Largura da Via, bem como a legislação específica de loteamentos e áreas residenciais.

§ 1º Para fins de definição do número máximo de pavimentos permitidos, a altura das edificações será medida a partir de cada ponto vértice da edificação, até o seu topo, incluindo todos os pavimentos e garagens acima do nível do subsolo, sendo que para o caso específico da primeira altura de 11,10 m (onze metros e dez centímetros) serão computados e poderão existir no máximo 3 (três) pavimentos, exceto quando da utilização do G+, conforme Anexo VIII desta Lei.

§ 2º Será permitido uso, com ou sem permanência, acima da laje da primeira altura de 11,10 (onze metros e dez centímetros), conforme Anexo VIII desta Lei.

§ 3º A altura é computada em direção perpendicular para cima, a partir de cada ponto-vértice da edificação do nível do terreno atual (em seu perfil original, ou aterrado ou cortado), em relação ao nível dos terrenos e vias limítrofes, conforme Anexo VIII desta Lei.

§ 4º Fica definido como pé-direito a altura medida do piso inferior ao teto superior, ambos finalizados, com altura mínima de 2,60 m (dois metros e sessenta centímetros), para ambientes com permanência prolongada.

§ 5º Não será computado como pavimento o ático ou cobertura da última laje em até 50% (cinquenta por cento) de área construída, com altura máxima de 3,70 m (três metros e setenta centímetros), incluindo-se os telhados e/ou platibandas, desde que esta área seja de uso comum da edificação.

§ 6º A altura para as caixas d´água, casas de máquinas e as chaminés não poderá exceder a 6 m (seis metros), exceto quando houver justificativa técnica fundamentada.

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 2408191053360A129

Art. 30. O subsolo é o pavimento situado abaixo do nível do passeio público ou até 1,40 m (um metro e quarenta centímetros) acima, medido do ponto médio do pavimento até o nível do piso do passeio acabado, devendo estar situado dentro da primeira altura de 11,10m (onze metros e dez centímetros) da edificação, conforme Anexo VIII desta Lei.

Parágrafo único. O subsolo não será computado como pavimento e sob hipótese alguma poderá avançar sobre o afastamento frontal ou passeio público.

Art. 31. Mediante documento técnico fundamentado e aprovação do órgão competente, poderá ser não computada como área construída aquela projetada sobre pilotis sem fechamento lateral, nas áreas com aclive ou declive com inclinações superiores a 25% (vinte e cinco por cento) em seu perfil original ou ainda, nas sujeitas a alagamentos.

Parágrafo único. A área projetada sobre pilotis com fechamentos laterais será computada como área construída, demandando complementação do Projeto e respectiva aprovação junto à Prefeitura Municipal.

Art. 32. O número máximo de pavimentos para cada Zona urbanizada não poderá ultrapassar o definido no Anexo III, salvo nos casos previstos para a aplicabilidade do Estatuto da Cidade e atendidas as demais exigências contidas nesta Lei e nas demais que compõem o Plano Diretor.

§ 1º Para os terrenos com possibilidade de transformação do quarto e quinto pavimentos para uso de garagem, será criado um gabarito excedente (G+) até 16 m (dezesseis metros) de altura (H), mediante aprovação específica do IBPLAN.

§ 2º O número máximo de pavimentos será alcançado mediante compra de transferência do potencial construtivo e outorga onerosa de número de pavimentos, conforme Anexo III da presente Lei.

Seção VII
Dos Afastamentos e Recuos Mínimos Obrigatórios e das Vedações dos Terrenos

Art. 33. Os afastamentos e recuos frontais, laterais e de fundos das edificações estão estabelecidos no Anexo III da presente Lei.

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 240819105336OA129

§ 1º Para Rodovias Estaduais e Municipais, o gabarito, as faixas de domínio e o afastamento frontal estão estabelecidos no Anexo VI desta Lei.

§ 2º Os afastamentos devem ser respeitados em todas as extremas do terreno limítrofes às vias oficiais e logradouros públicos.

§ 3º Para as zonas 1, 2 e 3 específicas da Zona Especial Jardim Maluche – ZEM, o afastamento frontal para as edificações é de 4 m (quatro metros).

§ 4º Nas vias com afastamento frontal, onde o passeio mínimo deverá ser de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros), o aumento da largura do passeio em relação ao passeio atual poderá ser descontado do afastamento frontal.

§ 5º Existente mais de uma edificação e/ou blocos em um lote ou terreno, o afastamento mínimo será o seguinte:

a) de 3,00 m (três metros), se existente abertura em ambas as edificações e/ou blocos;

b) de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), se apenas uma das edificações e/ou blocos contar com abertura.

§ 6º Nos casos de mais de uma edificação e/ou blocos em um lote ou terreno, para as torres de edificações verticais que utilizem o limite de altura estabelecido no Anexo III (20 pavimentos básico e/ou 35 pavimentos com uso de outorga onerosa, transferência do potencial construtivo e G+) o afastamento mínimo entre elas será de 7 (sete) metros, como demonstrado no Desenho 6 do Anexo VIII desta Lei.

§ 7º Para a ampliação de 1 (um) pavimento sobre base existente aprovada (subsolo e/ou térreo), poder-se-á seguir o mesmo alinhamento da base, permitido o reforço estrutural com vistas à segurança do pavimento superior.

Art. 34. Nos espaços livres *non aedificandi* definidos como afastamentos frontais, laterais e de fundos, desde que seja respeitada a taxa mínima de permeabilidade no terreno (T.P.), poderão ser realizadas as seguintes obras:

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 2408191053360A129

I - vagas de estacionamento descobertas;

II - lixeiras;

III - abrigos para gás combustível;

IV - piscinas no afastamento lateral e fundos, exceto sobre faixas sanitárias;

V - letreiros de publicidade;

VI - alargamento do passeio público e deslocamento de passeios para implantação de baias de estacionamento em paralelo à pista de rolamento;

VII - casas de transformadores elétricos, vedadas no recuo frontal;

VIII - cisternas, fossas sépticas e filtros anaeróbios;

IX - rampas de acesso para veículos/pedestres e escadas de acesso para pedestres sem cobertura;

X - área de recreação sem cobertura;

XI - marquises, pergolados, beirais, brises-soleils, elementos decorativos e similares, com projeção de até 1,20 m (um metro e vinte centímetros);

XII - jardins;

XIII - tanques, bacias de retenção e retardo de águas pluviais.

Seção VIII
Taxa de Permeabilidade

Art. 35. Será exigida em todos os terrenos uma taxa de permeabilidade (T.P.) de 15% (quinze por cento), correspondente à relação entre a parte permeável do lote, que permite a infiltração natural de água no solo, e a sua área total.

Parágrafo único. São considerados materiais permeáveis o pedrisco, a

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 2408191053360A129

brita, o solo natural, a grama, a vegetação e similares, bem como o paver drenante.

CAPÍTULO IV
ÁREAS DE ESTACIONAMENTO

Art. 36. O Alvará de Construção para edificações novas, reformas ou ampliações, seja para qual for o uso requerido, não dá direito de aprovação posterior de Alvará de Localização e Funcionamento.

Art. 37. As edificações de uso comercial, misto e de prestação de serviços, situadas sobre microzonas de Eixo Prioritário de Transporte Público e Mobilidade Ativa, ou que se utilizam de outorga onerosa (adicional de número de pavimentos, G+ ou adicional de transferência de potencial construtivo), deverão ofertar vagas de estacionamento conforme descrito no Anexo VII desta Lei, de modo a garantir os atributos de vitalidade urbana e respeitadas as seguintes diretrizes:

I - as vagas comuns, para veículos e motocicletas, deverão ser oferecidas no interior da edificação ou aos fundos (externas à edificação), de modo a garantir a área de fruição pública, conforme desenho do Anexo VIII da presente Lei;

II - as vagas especiais, destinadas às pessoas com deficiências (PcD), idosos, veículos de emergência e de vigilância policial, quando exigidas, deverão se situar preferencialmente na testada do imóvel, com fácil acesso à via pública;

III - o controle de acessos, diferenciando-se estacionamentos público e privado, deverá ser previsto em projeto com soluções arquitetônicas e tecnológicas compatíveis com a circulação dos usuários da edificação.

CAPÍTULO V
DAS ÁREAS DE FRUIÇÃO PÚBLICA

Art. 38. A fruição pública caracteriza-se pela área aberta de uso público localizada no pavimento térreo, que amplia a oferta de espaço físico para atividades que privilegiam o pedestre, sem edificações, muros e barreiras físicas que dificultem a sua apropriação, qualificada com arborização e equipamentos para uso e para permanência, como mesas, cadeiras, bancos e paraciclos.

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 240819105336OA129

Parágrafo único. Fica vedado o uso da área mencionada no *caput* como estacionamento de veículos automotores, excetuadas as vagas especiais.

Art. 39. Será obrigatória a fruição pública em edificações de usos comercial, misto, multifamiliar e de prestação de serviços que se situam sobre microzonas de Eixo Prioritário de Transporte Público e Mobilidade Ativa, utilizada ou não a outorga onerosa (adicional de número de pavimentos, G+ ou adicional de transferência de potencial construtivo).

Art. 40. A área com fruição pública deverá possuir os seguintes perímetros de fachada ativa:

I - para terrenos cuja soma das testadas seja menor ou igual a 15,00 m (quinze metros): de no mínimo 1/3 (um terço) de sua extensão horizontal;

II - para terrenos cuja soma das testadas seja maior do que 15,00 m (quinze metros): de no mínimo 2/3 (dois terços) de sua extensão horizontal.

Parágrafo único. Considera-se fachada ativa aquela em contato direto com o logradouro, que atenda aos seguintes critérios:

I - possuir uso comercial e/ou de serviço;

II - possuir acesso aberto à população;

III - possuir aberturas que garantam a permeabilidade visual entre interior e exterior;

IV - possuir a totalidade do seu comprimento vinculada diretamente ao espaço público ou à área de fruição pública.

CAPÍTULO VI
SISTEMA VIÁRIO

Art. 41. A malha viária municipal é formada por vias sob a jurisdição do Município e do Estado de Santa Catarina assim tuteladas:

I - pelo Estado: SC-108 e SC-486;

II - pelo Município: as demais.

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 240819105336OA129

Art. 42. Sob o aspecto funcional, o Sistema Viário Básico será definido em conjunto pelos órgãos municipais de planejamento urbano e de trânsito e tráfego urbanos, sendo constituído de vias estruturais, arteriais, coletoras, locais, especiais e rurais, assim definidas:

I - via estrutural: com grandes volumes de tráfego e de alta velocidade, sem intersecções;

II - via arterial: liga as vias coletoras às vias estruturais, apresentando um movimento livre e rápido, com intersecções semaforizadas ou organizadas por meio de rotatórias;

III - via coletora: conecta as vias locais às arteriais, apresentando uma velocidade menor, com intersecções nem sempre semaforizadas e de fluxo pequeno;

IV - via local: distribui o tráfego nas áreas de atividades, possuindo baixa velocidade e pouco fluxo;

V - via especial: destinada, preferencialmente, ao modais não motorizados, podendo ser exclusivas ou compartilhadas, compreendendo:

a) ciclovia;

b) ciclofaixa;

c) faixa preferencial de transporte coletivo;

d) compartilhada;

e) calçadão;

VI - via rural: destinada ao escoamento da produção agrícola, bem como acesso às propriedades rurais.

§ 1º O sistema viário básico deverá ser considerado parte integrante do Sistema de Retenção e Retardo de Águas Pluviais, por meio da adoção de pavimentos drenantes e similares na sua infraestrutura básica.

§ 2º Nas vias arteriais e estruturais a segurança e a fluidez do tráfego

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 2408191053360A129

são condicionantes prioritárias da disciplina do uso e ocupação do solo das propriedades lindeiras.

Art. 43. Ficam estabelecidos os seguintes gabaritos mínimos de largura para a malha viária municipal, para abertura e criação de novas vias:

I - via estrutural: 10,50 m (dez metros e cinquenta centímetros) de pista e 3 m (três metros) de calçada para ambos os lados;

II - via arterial: 10 m (dez metros) de pista e 2 m (dois metros) de calçada para ambos os lados;

III - via coletora: 8 m (oito metros) de pista e 2 m (dois metros) de calçada para ambos os lados;

IV - via local: 7,50 m (sete metros e cinquenta centímetros) de pista e 2 m (dois metros) de calçada para ambos os lados;

V - ciclovia: 2 m (dois metros) se unidirecional e 3 m (três metros) se bidirecional;

VI - ciclofaixa: mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) se unidirecional, e 3 m (três metros) se bidirecional.

§ 1º As faixas de domínio das rodovias estaduais poderão sofrer variação a critério dos respectivos órgãos competentes.

§ 2º A construção de edificações e a instalação de empreendimentos às margens das rodovias, com acesso por estas, dependerão de prévia anuência dos órgãos rodoviários com jurisdição sobre as vias, se estes assim o exigirem.

§ 3º Para fins de definição do gabarito de vias existentes, as suas dimensões poderão sofrer variação em razão de situações atípicas e peculiares, mediante justificativa técnica, nas seguintes hipóteses:

I - será admitido gabarito inferior daquele disposto neste Código, com definição das dimensões entre pista de rolamento e passeios públicos, por meio de análise técnica do órgão competente, considerando-se, preferencialmente, a consolidação das obras adjacentes à via;

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 240819105336OA129

II - em vias locais, com edificações e usos estritamente unifamiliares, poderão ser implantadas vias compartilhadas, onde o passeio e a pista de rolamento serão nivelados aplicando-se elementos físicos e/ou de sinalização, a fim de diferenciar fluxos e dar segurança aos usuários.

§ 4º As vias especiais, definidas no inc. V do art. 42 deste Código, terão seu gabarito mínimo regulamentado em normativa específica.

Art. 44. As vias irregulares poderão ser regularizadas mediante Plano estabelecido em lei municipal específica.

CAPÍTULO VII
PARCELAMENTO DO SOLO

Art. 45. Estão obrigados a destinar áreas verdes e institucionais, de acordo com o estabelecido na Lei, todos os parcelamentos do solo sob forma de loteamento.

Art. 46. Os projetos de parcelamento do solo ficam condicionados à viabilidade de abastecimento de energia elétrica e água das áreas a serem parceladas, bem como à implantação das redes de esgoto e de águas pluviais.

Art. 47. Os loteamentos de interesse social, inseridos nas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, situados em áreas de propriedade pública ou privada, atenderão regras edilícias a serem estabelecidas em lei complementar específica.

CAPÍTULO VIII
EMPREENDIMENTOS GERADORES DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Art. 48. Os usos geradores de impacto de vizinhança são todos aqueles que possam vir a causar alteração significativa no ambiente natural ou construído, na qualidade de vida, ou sobrecarga na capacidade de atendimento da infraestrutura básica, urbana e viária, quer se instalem em empreendimentos públicos ou privados, os quais serão designados "Empreendimentos de Impacto, com Potencial Poluidor Degradador ou Nível de Não Conformidade, que necessitem de Estudos de Impacto Ambiental".

Art. 49. Ficam sujeitos à prévia aprovação de Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, as atividades e os empreendimentos classificados como

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 2408191053360A129

geradores de impacto de vizinhança.

§ 1º A exigência e elaboração do EIV não elimina a necessidade da elaboração e aprovação do Estudo Prévio de Impacto Ambiental – EIA, nem de qualquer outra análise, licença ou autorização exigida para realização da atividade ou instalação do empreendimento, requeridos nos termos da legislação ambiental.

§ 2º A relação de atividades e de empreendimentos sujeitos ao EIV está prevista no Anexo IV da Lei Complementar que dispõe sobre o Plano Diretor de Organização Físico Territorial do Município.

Art. 50. Os empreendimentos passíveis de exigência de EIV ficam sujeitos ao seguinte procedimento:

I - após o recebimento da consulta de viabilidade expedida pelo IBPLAN, o requerente/empreendedor notificará por escrito os confrontantes e confinantes sobre o empreendimento e promoverá a publicação de edital, por dois dias consecutivos em jornal de circulação local, de periodicidade diária, o qual conterá o anúncio da implantação da atividade, a área, as atividades a serem desenvolvidas futuramente, e o local da implantação;

II - entregues cópias dos editais publicados e do ciente dos confrontantes, confinantes e eventuais interessados, o requerente/empreendedor aguardará o prazo de 30 (trinta) dias para manifestação popular junto ao IBPLAN;

III - findo o prazo de trinta dias *supra*:

a) em não havendo manifestação popular, a atividade considerar-se-á aprovada e seguirá o trâmite normal dos usos considerados conformes para a Zona em questão;

b) em havendo manifestação popular, deverá o empreendedor providenciar o relatório para o Estudo de Impacto de Vizinhança.

Art. 51. O relatório para o Estudo de Impacto de Vizinhança será endereçado à Comissão Permanente de Análise de EIV – CPAEIV e deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos de análise:

I - características do empreendimento:

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 240819105336OA129

a) atividade prevista;

b) dimensões (terreno, área construída, população estimada, número de vagas para estacionamento de veículos e outras informações relevantes);

c) volumetria e localização dos acessos e saídas de veículos e pedestres;

d) quantidade de viagens gerada e sua distribuição pelo sistema viário de acesso;

e) nível de ruído gerado previsto nas partes interna e externa;

f) efluente de drenagem de águas pluviais gerado (quantidade e local de lançamento);

g) área de influência (vizinhança) e critérios para sua delimitação;

h) para áreas construídas superiores a 750 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados) o cálculo de compensação de volume de águas pluviais retido em tanques ou bacias de retenção e retardo;

i) efluente industrial gerado e dispositivos de tratamento.

II - características da vizinhança:

a) indicação das características deste espaço urbano (população, densidades, taxa de motorização, uso e ocupação do solo, estratificação social) e indicação das tendências de sua evolução;

b) indicação dos equipamentos públicos de infraestrutura urbana disponíveis (água, esgoto, energia elétrica, etc.), bem como das tendências de sua evolução;

c) indicação do sistema viário e de transportes (identificação das vias, sua hierarquização, sentido do tráfego, modos de transportes existentes, itinerários das linhas, principais destinos atendidos, terminais, pontos de parada), bem como das tendências de evolução destes sistemas;

d) indicação do sistema de drenagem de águas pluviais (guias,

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 2408191053360A129

sarjetas e galerias na vizinhança imediata; vales secos, córregos e rios na área de influência), da capacidade deste sistema, bem como das tendências de evolução do sistema;

e) interpretação da paisagem local (gabaritos, morfologia do terreno, movimentos de terra, tipologia urbana, eixos visuais, panorâmicas, compartimentações) e das tendências de sua evolução;

f) demarcação de melhoramentos públicos aprovados por lei previstos na vizinhança;

g) indicação dos bens tombados até uma distância de 300 m (trezentos metros) da área de intervenção;

h) indicação dos usos permitidos pela legislação municipal nas vizinhanças do empreendimento;

i) pesquisa qualitativa de avaliação da vizinhança em relação à atividade pretendida, com universo não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) da população diretamente atingida;

III - avaliação dos impactos do empreendimento sobre a vizinhança, especialmente:

a) indicação do impacto sobre o adensamento populacional;

b) indicação das transformações urbanísticas induzidas pelo empreendimento na vizinhança imediata e na área de influência direta e indireta do empreendimento (adensamento, uso e ocupação do solo, estratificação social, atração de pessoas, oferta de trabalho, valorização imobiliária, etc.);

c) valorização ou desvalorização imobiliária quando da implantação do empreendimento;

d) demonstração da compatibilidade do sistema viário e de transportes, da vizinhança imediata e da área de influência direta e indireta do empreendimento;

e) demonstração da compatibilidade do sistema de drenagem, existente na vizinhança imediata e na área de influência do empreendimento, com

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 2408191053360A129

o aumento do volume e da velocidade de escoamento de águas pluviais gerado pela impermeabilização da área de intervenção, já considerados os volumes de tanques e/ou bacias de retenção e retardo calculados;

f) demonstração da viabilidade de abastecimento de água, de coleta de esgotos e de abastecimento de energia elétrica;

g) demonstração dos ganhos ou perdas sociais, econômicas e ambientais do empreendimento para a vizinhança e para a cidade;

h) contagem volumétrica de tráfego por tipologia (pedestres, bicicletas, veículos leves, veículos de carga até 6 (seis) toneladas, ônibus, veículos pesados acima de 6 (seis) toneladas e veículos de 3 (três) eixos, nas vias de entorno;

i) indicação do impacto sobre ventilação e iluminação.

Art. 52. O relatório para o Estudo de Impacto de Vizinhança será objeto de análise prévia pelo IBPLAN, que verificará a entrega pelo empreendedor de todas as peças, plantas e itens exigidos e, havendo o devido cumprimento, encaminhará o estudo para análise da Comissão Permanente de Análise de EIV – CPAEIV.

Art. 53. À CPAEIV compete efetuar o exame técnico do relatório e emitir, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis a partir do recebimento, um Parecer Final, o qual poderá ser pelo deferimento, pelo deferimento com medidas mitigadoras e/ou compensatórias ou pelo indeferimento.

Art. 54. O IBPLAN e a CPAEIV poderão solicitar esclarecimentos e/ou a complementação de informações ao empreendedor, por prazo prorrogável.

Art. 55. As medidas mitigadoras e/ou compensatórias indicadas, no caso de aprovação da instalação do uso e atividade, serão referendadas pelo COMCIDADE.

Art. 56. Os Alvarás de Construção, Reforma ou Ampliação do empreendimento somente serão expedidos após a assinatura de Termo de Compromisso, contendo o cronograma de execução das medidas mitigadoras e/ou compensatórias definidas no Parecer Final da CPAEIV.

Art. 57. Aprovada a instalação do uso, o empreendedor instalará no

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 240819105336OA129

terreno uma placa, com dizeres visíveis, contendo as informações pertinentes ao deferimento do empreendimento e eventuais medidas tomadas em relação aos impactos gerados.

Art. 58. A emissão do Habite-se estará condicionada ao cumprimento do cronograma de execução das medidas constantes no Termo de Compromisso firmado.

CAPÍTULO IX
OBRAS IRREGULARES

Art. 59. As obras ou outras edificações quaisquer, erigidas em desconformidade com o disposto na legislação municipal e concluídas até a data de aprovação da presente Lei, poderão ser regularizadas pelo poder público através de Lei própria, desde que tenham por finalidade a inclusão social dos beneficiários e não infrinjam a legislação ambiental, causem danos ao meio ambiente ou ao patrimônio cultural.

Parágrafo único. O interessado em regularizar o imóvel, construção ou benfeitoria, com base no disposto nesta Lei, firmará posteriormente à aprovação da Lei prevista no *caput*, Termo de Ajustamento de Conduta – TAC específico com o IBPLAN, no qual estará consubstanciado o comprometimento quanto à estrita observância do que dispõe o respectivo Alvará, e o cumprimento das medidas mitigatórias apontadas pelo poder público, com cronograma de obra, quando houver previsão desta.

CAPÍTULO X
CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE

Art. 60. O Conselho Municipal da Cidade – COMCIDADE fica vinculado ao IBPLAN e tem por finalidade propor alterações na legislação, analisar e decidir sobre os casos omissos referentes à presente Lei.

Art. 61. Compete ao Conselho Municipal da Cidade:

I - emitir pareceres sobre o desenvolvimento urbano, com base no Plano Diretor de Organização Físico Territorial do Município e nas demais leis que o compõem;

II - propor a atualização do Plano Diretor, quando as tendências do

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 2408191053360A129

crescimento municipal afastarem-se do proposto;

III - orientar e proteger a comunidade contra atos particulares, individualizados ou de grupos que atentem contra os interesses do bem-estar comum do povo.

Art. 62. O Conselho Municipal da Cidade será composto por 12 (doze) membros, indicados pelas entidades abaixo e nomeados por ato do Prefeito Municipal:

I - 1 (um) representante do IBPLAN;

II - 1 (um) representante da Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA;

III - 1 (um) representante da Procuradoria-Geral do Município – PGM;

IV - 1 (um) representante da Secretaria de Fazenda e Gestão Estratégica – SFGE;

V - 1 (um) representante do Turismo;

VI - 1 (um) representante do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Brusque;

VII - 1 (um) representante do Clube de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Brusque – CEAB;

VIII - 1 (um) representante do Sindicato da Indústria e do Mobiliário de Brusque – SINDUSCON;

IX - 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;

X - 1 (um) representante das Entidades Produtivas e Industriais do Município;

XI - 2 (dois) representantes dos segmentos sociais, institutos, ONGs, associações de moradores, entidades de ensino superior legalmente constituídas no Município.

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 2408191053360A129

§ 1º Cada membro do Conselho Municipal da Cidade terá um suplente, nomeado pelo Prefeito, observados os mesmos critérios para indicação dos titulares.

§ 2º A presidência do Conselho será exercida pelo representante do IBPLAN, a quem caberá a condução dos trabalhos.

§ 3º Terão direito a voto apenas os representantes titulares presentes às reuniões ou seus suplentes, na ausência do respectivo titular.

§ 4º Sempre que possível, os membros do Conselho serão escolhidos entre arquitetos, urbanistas, engenheiros, advogados ou técnicos que tenham afinidade com as atividades a serem desenvolvidas.

§ 5º Os conselheiros representantes dos órgãos e entidades governamentais do Município serão indicados pelo Poder Executivo e os conselheiros representantes de entidades não governamentais serão escolhidos e indicados pelas respectivas entidades.

§ 6º O mandato do Conselheiro terá a duração de 4 (quatro) anos, admitida uma reeleição.

§ 7º A participação no Conselho não será remunerada, sendo seu exercício considerado serviço público relevante.

Art. 63. O regimento interno do COMCIDADE deverá garantir a observância dos seguintes princípios:

I - as deliberações serão sempre por maioria simples dos presentes;

II - deverão ser registradas em ata e arquivadas todas as deliberações, pareceres, notas, plantas e demais trabalhos do Conselho.

Art. 64. O Conselho deverá instalar-se e iniciar seus trabalhos dentro de 15 (quinze) dias após à nomeação de seus membros.

Art. 65. O Conselho deverá reunir-se, no mínimo, uma vez ao mês, devendo o Município fornecer-lhe os meios necessários à realização de seus trabalhos.

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 2408191053360A129

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 66. O Município atualizará e adaptará suas normas administrativas e tributárias, de modo a criar mecanismos para a execução dos dispositivos fixados nesta Lei.

§ 1º Para efeito deste artigo, serão empregados os instrumentos previstos no Estatuto das Cidades.

§ 2º Ficam isentas de todos os tributos municipais (impostos e taxas) as Unidades de Conservação legalmente instituídas no âmbito do território brusquense, em consonância com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, disposto na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

§ 3º O imóvel situado na Zona de Expansão Urbana, será considerado:

I - urbano: quando constante de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinado à habitação, à indústria ou ao comércio, estando sujeito ao cadastro e à inscrição imobiliária municipal vinculada ao IPTU, aplicando-se ao terreno todos os dispositivos urbanísticos e restrições aplicáveis às Zonas urbanas;

II - rural: quando as características do imóvel se mantiverem rurais, com registro no INCRA, inscrição de produtor rural no Estado de Santa Catarina, com emissões de notas de produtor rural, mantendo todas as suas vantagens e restrições de um terreno situado em Zona rural.

Art. 67. Os Alvarás expedidos conforme a legislação anterior que não iniciarem suas obras até o término de sua validade ficam automaticamente cancelados, vedada sua renovação ou arquivamento.

Art. 68. As infrações à presente Lei Complementar darão ensejo à cassação do respectivo alvará, embargo administrativo, demolição de obras e aplicação de multas, conforme estipulado no Código de Sanções Urbanísticas.

Art. 69. As disposições desta Lei Complementar devem ser interpretadas em consonância com os preceitos da Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, que Institui a Declaração de Direitos de Liberdade

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 2408191053360A129

Econômica, e à Lei Municipal nº 4.541, de 19 de dezembro de 2022, que Institui o Código de Defesa do Empreendedor.

Art. 70. Os casos omissos na presente Lei serão objeto de lei especial, mediante proposta do IBPLAN, ouvido o COMCIDADE.

Art. 71. Esta Lei Complementar entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a data de sua publicação.

Art. 72. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 25, de 10 de outubro de 1994, a Lei Ordinária nº 2.042, de 23 de novembro de 1995 e a Lei Complementar nº 136, de 23 de dezembro de 2008.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de agosto de 2024.

ANDRÉ VECHI
Prefeito de Brusque

DR. RAFAEL NIEBUHR MAIA DE OLIVEIRA
Procurador-Geral do Município

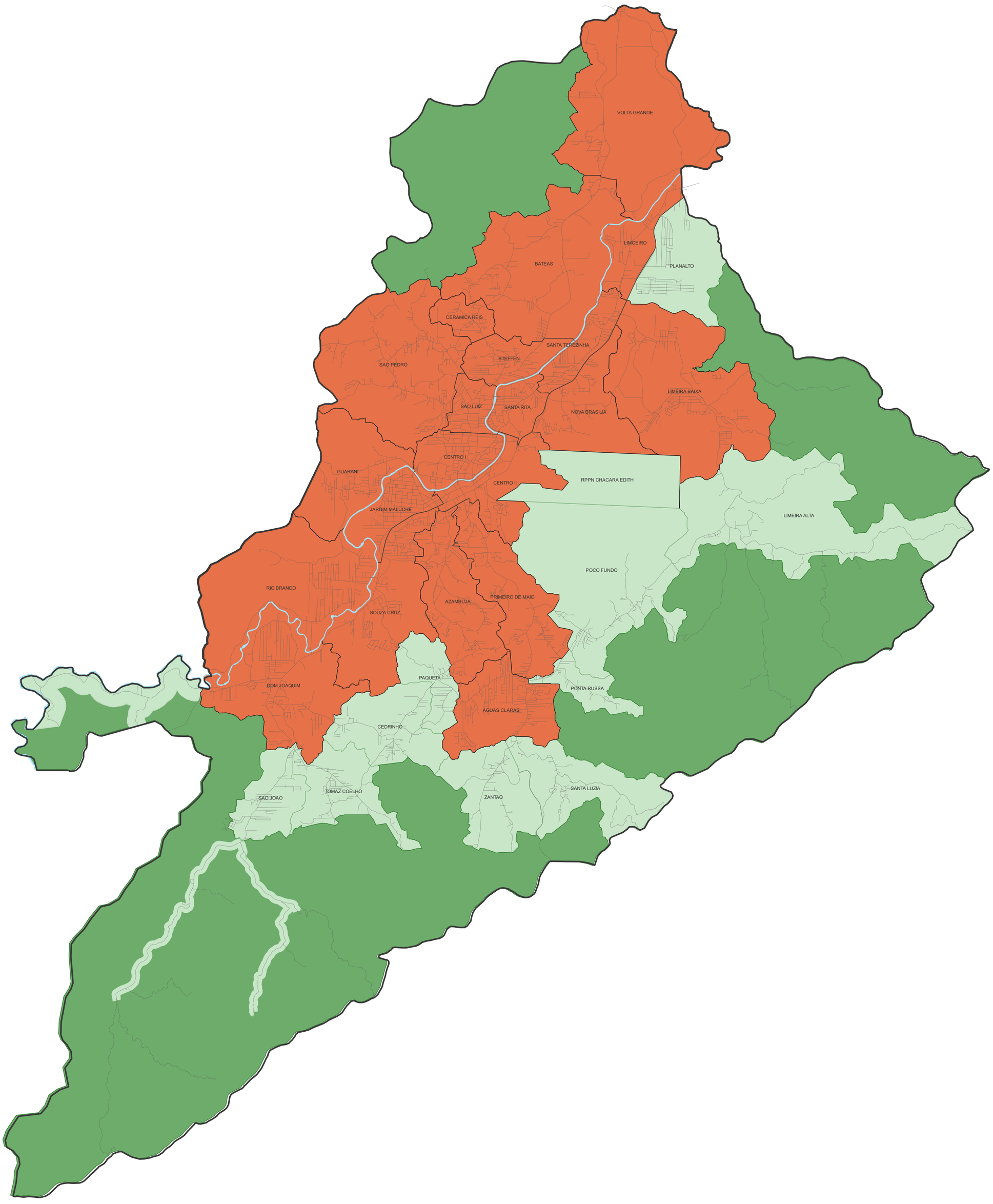
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 2408191053360A129

PREFEITURA DE BRUSQUE

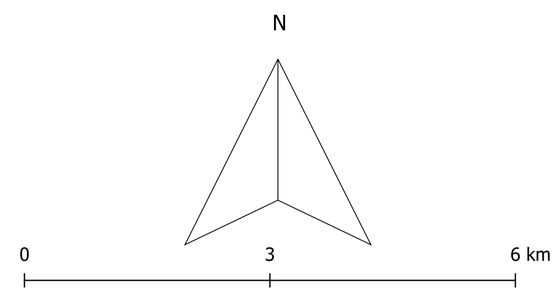
ANEXO I - MACROZONEAMENTO





PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000.

Mapa de macrozoneamento
original em escala 1:53.000.



Legenda:

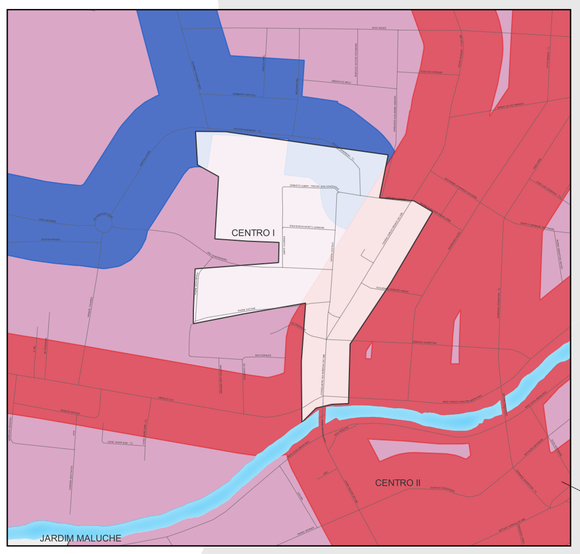
- Rio Itajaí Mirim
- Municípios Limitantes
- Malha viária
- Limite do município
- Macrozona de Estruturação Urbana
- Macrozona de recuperação e proteção ambiental
- Macrozona de Estruturação Rural

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 24081911104458EAD29

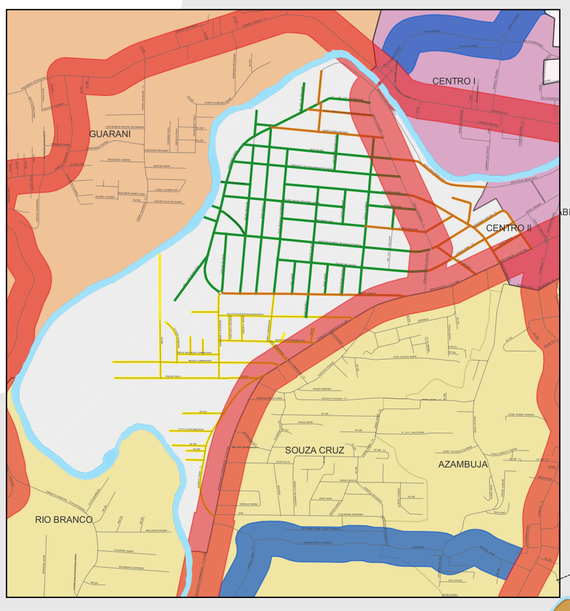
PREFEITURA DE BRUSQUE

ANEXO II - ZONEAMENTO

ZIHC - ZONA DE INTERESSE HISTÓRICO CULTURAL (OUC)

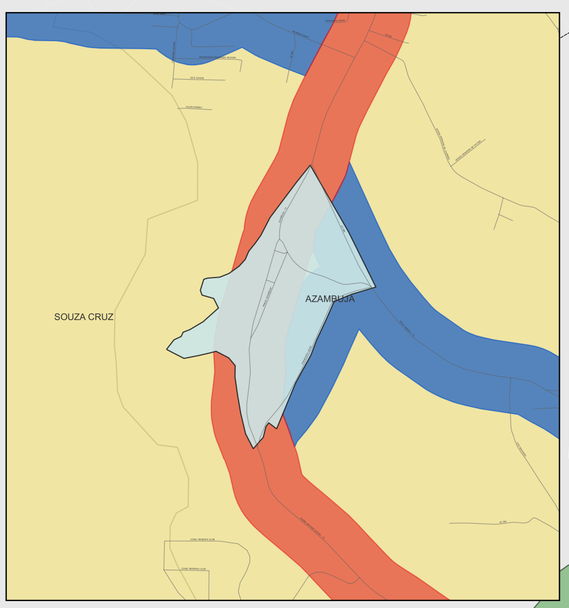


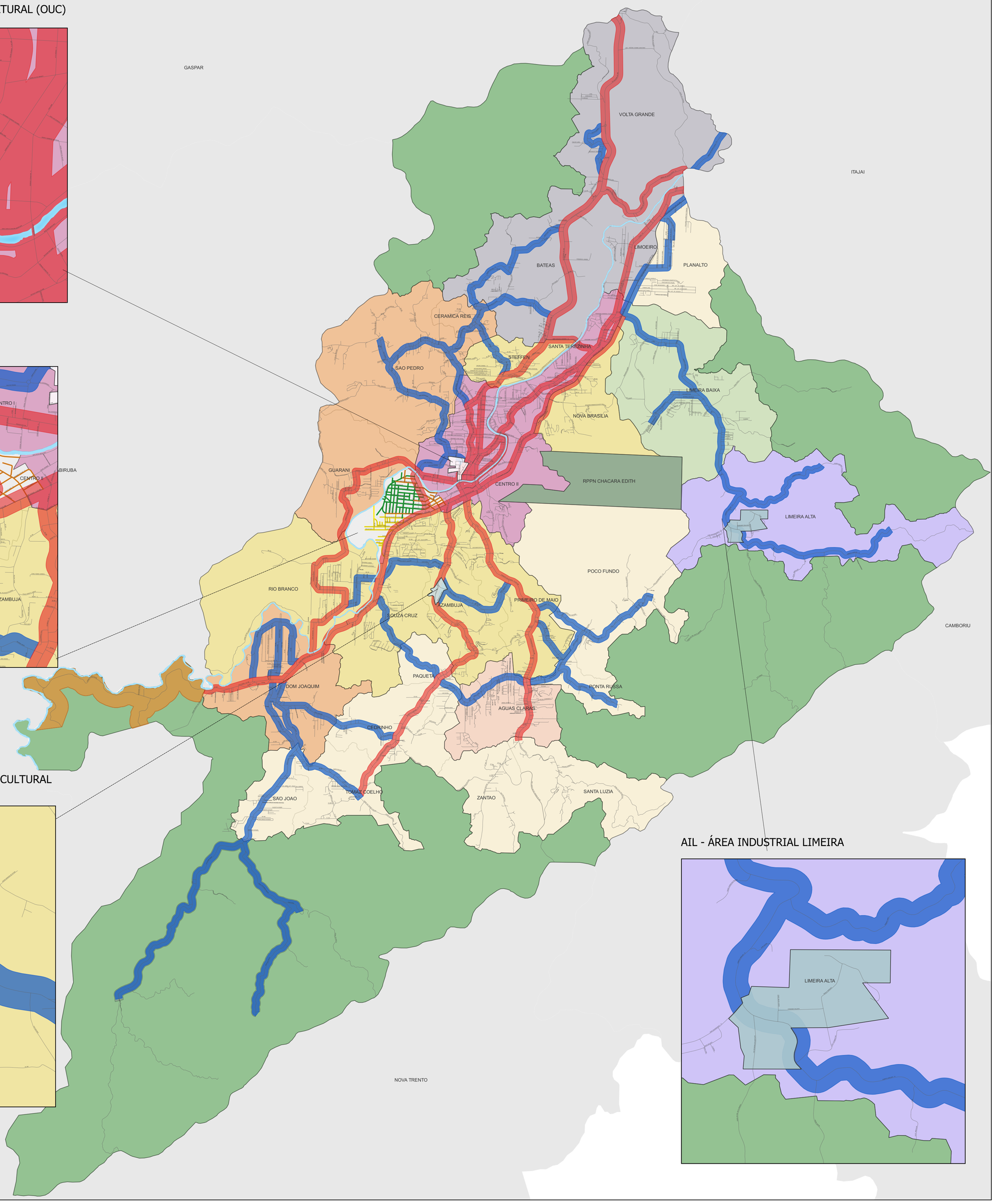
ZEM - ZONA ESPECIAL DO JARDIM MALUCHE



ZONA 1
ZONA 2
ZONA 3

(ZIHA) ZONA DE INTERESSE HISTÓRICO CULTURAL AZAMBUJA





AIL - ÁREA INDUSTRIAL LIMEIRA



Legenda:

- Rio Itajaí-Mirim
- Municípios Limitantes
- Limite do município

Macrozona de Estruturação Urbana	ZAD - ZONA DE ADENSAMENTO E DESENVOLVIMENTO ZADI - ZONA DE ADENSAMENTO E DESENVOLVIMENTO INTERMEDIÁRIO ZD - ZONA DE DESCENTRALIZACAO ZDA - ZONA DE DESCENTRALIZACAO AGUAS CLARAS ZDL - ZONA DE DESCENTRALIZACAO LIMEIRA BAIXA ZEA - ZONA ESPECIAL AZAMBUJA ZI - ZONA INDUSTRIAL ZEM - ZONA ESPECIAL JARDIM MALUCHE ZIHA - ZONA DE INTERESSE HISTÓRICO-CULTURAL AZAMBUJA ZIHC - ZONA DE INTERESSE HISTÓRICO CULTURAL (OUC) AIL - ÁREA INDUSTRIAL LIMEIRA
Macrozona de Recuperação e Proteção Ambiental	ZOR - ZONA OCUPACAO RAREFEITA ZUE - ZONA DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA CEDRO ALTO ZAOC - ZONA AMBIENTAL DE OCUPAÇÃO CONTROLADA CRISTALINA ZELA - ZONA ESPECIAL LIMEIRA ALTA RPPN CHACARA EDITH
Macrozona de Estruturação Rural	ZR - ZONA RURAL

Microzoneamentos:

- EIXO PRIORITÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA (75m)
- EIXO SECUNDÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA (75m)

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000.

Mapeamento da cidade de Brusque original em escala 1:53.000.

N

0 2,5 5 km

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 24081110527BC129

ANEXO III – ÍNDICES URBANÍSTICOS

MACROZONAS	ZONA	OBJETIVO	LOCAL / BAIRROS	MICROZONEAMENTO	USOS	C.A	OUTORGA C.A.	Nº PAVIMENTOS BÁSICO	OUTORGA Nº PAV.	ADICIONAL TRANSF. POTENCIAL CONSTR. (Nº Pav.)	TRANSFORMAÇÃO ÁREA - G+ -	Nº MÁXIMO DE PAVIMENTOS	T.O. (%)	T.P. (%)	RECUO FRONTAL MÍNIMO	RECUO MÍNIMO LATERAL E FUNDOS	TAMANHO MÍNIMO DE LOTES (m²)
	ZAD - ZONA DE ADENSAMENTO E DESENVOLVIMENTO	Estimular o adensamento em áreas com infraestrutura existente	CENTRO I, CENTRO II, SANTA TEREZINHA, SANTA RITA, SÃO LUIZ	BAIRRO	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2	1	2	2			4	85	15	**Base:** linha de muro **Torre:** 3,00 metros de recuo	**Base**: Parede cega com até 16,00 metros de altura (quando da utilização do G+). Parede cega com até 11,10 metros de altura (sem utilização do G+). Aplica-se 1,50 metros de recuo quando houver abertura / **Torre**: H/12, sendo o mínimo de 1,50 metros.	240m²
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	4	1,5	20	8		2	30	85	15			
					MISTO	4	1,5	20	8		2	30	85	15			
					NÃO RESIDENCIAL	4	1,5	20	8		2	30	85	15			
				EIXO PRIORITÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2	1	3				3	85	15	**Base:** Térreo = 3,00 metros de recuo, 2º e 3º pavimento e G+ = 0 metro de recuo / **Torre:** 4,50 metros de recuo		
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	5	1,5	20	11	2	2	35	85	15			
					MISTO	5	1,5	20	11	2	2	35	85	15			
					NÃO RESIDENCIAL	5	1,5	20	11	2	2	35	85	15			
				EIXO SECUNDÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2	1	3				3	85	15	**Base:** Térreo = 3,00 metros de recuo, 2º e 3º pavimento e G+ = 0 metro de recuo / **Torre:** 4,50 metros de recuo		
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	4	1,5	20	11		2	33	85	15			
					MISTO	4	1,5	20	11		2	33	85	15			
					NÃO RESIDENCIAL	4	1,5	20	11		2	33	85	15			
	ZADI - ZONA DE ADENSAMENTO E DESENVOLVIMENTO INTERMEDIÁRIO	Qualificar os corredores de conexão entre centros de bairros e o centro da cidade	NOVA BRASÍLIA, PRIMEIRO DE MAIO, RIO BRANCO, SOUZA CRUZ, STEFFEN E AZAMBUJA	BAIRRO	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2		3				3	85	15	**Base:** linha de muro **Torre:** 3,00 metros de recuo	**Base**: Parede cega com até 16,00 metros de altura (quando da utilização do G+). Parede cega com até 11,10 metros de altura (sem utilização do G+). Aplica-se 1,50 metros de recuo quando houver abertura / **Torre**: H/12, sendo o mínimo de 1,50 metros.	240m²
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	3	1	10	12			22	85	15			
					MISTO	3	1	10	12			22	85	15			
					NÃO RESIDENCIAL	3	1	10	12			22	85	15			
				EIXO PRIORITÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2	1	3				3	85	15	**Base:** Térreo = 3,00 metros de recuo, 2º e 3º pavimento e G+ = 0 metro de recuo / **Torre**: 4,50 metros de recuo		
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	4	1	16	8		2	26	85	15			
					MISTO	4	1	16	8		2	26	85	15			
					NÃO RESIDENCIAL	4	1	16	8		2	26	85	15			
				EIXO SECUNDÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2	1	3				3	85	15			
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	3	1	12	10		2	24	85	15			
					MISTO	3	1	12	10		2	24	85	15			
					NÃO RESIDENCIAL	3	1	12	10		2	24	85	15			
	ZD - ZONA DE DESCENTRALIZAÇÃO	Estimular o adensamento em áreas com infraestrutura existente	DOM JOAQUIM, GUARANI, CERÂMICA REIS E SÃO PEDRO	BAIRRO	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2		3				3	85	15	**Base:** linha de muro **Torre:** 3,00 metros de recuo	**Base**: Parede cega com até 16,00 metros de altura (quando da utilização do G+). Parede cega com até 11,10 metros de altura (sem utilização do G+). Aplica-se 1,50 metros de recuo quando houver abertura / **Torre**: H/12, sendo o mínimo de 1,50 metros.	240m²
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	3	1	12	6			18	85	15			
					MISTO	3	1	12	6			18	85	15			
					NÃO RESIDENCIAL	3	1	12	6			18	85	15			
				EIXO PRIORITÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2	1	3				3	85	15	**Base:** Térreo = 3,00 metros de recuo, 2º e 3º pavimento e G+ = 0 metro de recuo / **Torre:** 4,50 metros de recuo		
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	4	1,5	16	4		2	22	85	15			
					MISTO	4	1,5	16	4		2	22	85	15			
					NÃO RESIDENCIAL	4	1,5	16	4		2	22	85	15			
				EIXO SECUNDÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2	1	3				3	85	15	**Base:** Térreo = 3,00 metros de recuo, 2º e 3º pavimento e G+ = 0 metro de recuo / **Torre:** 4,50 metros de recuo		
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	3	1	12	7		1	20	85	15			
					MISTO	3	1	12	7		1	20	85	15			
					NÃO RESIDENCIAL	3	1	12	7		1	20	85	15			
	ZDA - ZONA DE DESCENTRALIZAÇÃO ÁGUAS CLARAS	Qualificar a descentralização do bairro com menor adensamento populacional	AGUAS CLARAS	BAIRRO	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2		3				3	75	15	**Base:** linha de muro **Torre:** 3,00 metros de recuo	**Base**: Parede cega até 11,10 metros ou 1,50 metros de recuo quando houver abertura / **Torre**: H/12, sendo o mínimo de 1,50 metros.	240,00m²
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	3		6	6			12	75	15			
					MISTO	3		6	6			12	75	15			
					NÃO RESIDENCIAL	3		6	6			12	75	15			
				EIXO PRIORITÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2		3				3	75	15	**Base:** 3,00 metros de recuo (1º ao 3º pavimento) / **Torre:** 4,50 metros de recuo		
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	3		10	6			16	75	15			
					MISTO	3		10	6			16	75	15			
					NÃO RESIDENCIAL	3		10	6			16	75	15			
				EIXO SECUNDÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2		3				3	75	15			
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	3		8	6			14	75	15			
					MISTO	3		8	6			14	75	15			
					NÃO RESIDENCIAL	3		8	6			14	75	15			
	ZDL - ZONA DE DESCENTRALIZAÇÃO LIMEIRA BAIXA	Qualificar a descentralização do bairro com menor adensamento populacional	LIMEIRA BAIXA	BAIRRO	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2		3				3	65	15	**Base:** linha de muro **Torre:** 3,00 metros de recuo	**Base**: Parede cega até 11,10 metros ou 1,50 metros de recuo quando houver abertura / **Torre**: H/12, sendo o mínimo de 1,50 metros.	240,00m²
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	2		6	2			8	65	15			
					MISTO	2		6	2			8	65	15			
					NÃO RESIDENCIAL	2		6	2			8	65	15			
				EIXO PRIORITÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2		3				3	65	15	**Base:** 3,00 metros de recuo (1º ao 3º pavimento) / **Torre:** 4,50 metros de recuo		
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	3		8	4			12	65	15			
					MISTO	3		8	4			12	65	15			
					NÃO RESIDENCIAL	3		8	4			12	65	15			
				EIXO SECUNDÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2		3				3	65	15			
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	3		8	2			10	65	15			
					MISTO	3		8	2			10	65	15			

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 240819114847297 29

MACROZONAS	ZONA	OBJETIVO	LOCAL / BAIRROS	MICROZONEAMENTO	USOS	C.A	OUTORGA C.A.	Nº PAVIMENTOS BÁSICO	OUTORGA Nº PAV.	ADICIONAL TRANSF. POTENCIAL CONSTR. (Nº Pav.)	TRANSFORMAÇÃO ÁREA - G+ -	Nº MÁXIMO DE PAVIMENTOS	T.O. (%)	T.P. (%)	RECUO FRONTAL MÍNIMO	RECUO MÍNIMO LATERAL E FUNDOS	TAMANHO MÍNIMO DE LOTES (m²)
MACROZONA DE ESTRUTURAÇÃO URBANA					NÃO RESIDENCIAL	3		8	2			10	65	15			
	ZIHA - ZONA DE INTERESSE HISTÓRICO-CULTURAL AZAMBUJA	Estimular a preservação da paisagem histórica	POLÍGONO ESPECIAL AZAMBUJA	BAIRRO	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2		3				3	75	15	**Base:** linha de muro **Torre:** 3,00 metros de recuo	**Base**: Parede cega até 11,10 metros ou 1,50 metros de recuo quando houver abertura / **Torre**: H/12, sendo o mínimo de 1,50 metros.	240m²
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	2		6				6	75	15			
					MISTO	2		6				6	75	15			
					NÃO RESIDENCIAL	2		6				6	75	15			
				EIXO PRIORITÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2		3				3	75	15	**Base:** 3,00 metros de recuo (1º ao 3º pavimento) / **Torre:** 4,50 metros de recuo		
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	3		8				8	75	15			
					MISTO	3		8				8	75	15			
					NÃO RESIDENCIAL	3		8				8	75	15			
				EIXO SECUNDÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2		3				3	75	15			
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	2		8				8	75	15			
					MISTO	2		8				8	75	15			
					NÃO RESIDENCIAL	2		8				8	75	15			
	ZI - ZONA INDUSTRIAL	Incentivar o uso industrial	LIMOEIRO, VOLTA GRANDE E BATEAS	BAIRRO	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2		3				3	75	15	**Base:** linha de muro **Torre:** 3,00 metros de recuo	**Base**: Parede cega até 11,10 metros ou 1,50 metros de recuo quando houver abertura / **Torre**: H/12, sendo o mínimo de 1,50 metros.	240,00m²
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	3		10	2			12	75	15			
					MISTO	3		10	2			12	75	15			
					INDUSTRIAL	3		5				5	85	15			
					NÃO RESIDENCIAL	3		10	2			12	75	15			
				EIXO PRIORITÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2	1	3				3	75	15	**Base:** 3,00 metros de recuo (1º ao 3º pavimento) / **Torre:** 4,50 metros de recuo		
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	3	1	14	2			16	85	15			
					MISTO	3	1	14	2			16	85	15			
					INDUSTRIAL	3	1	6				6	85	15			
					NÃO RESIDENCIAL	3	1	14	2			16	85	15			
				EIXO SECUNDÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2		3				3	75	15			
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	3		12	2			14	75	15			
					MISTO	3		12	2			14	75	15			
					INDUSTRIAL	3		6				6	85	15			
					NÃO RESIDENCIAL	3		12	2			14	75	15			
	AIL – ÁREA INDUSTRIAL DA LIMEIRA	Incentivar o uso industrial	POLÍGONO LIMEIRA ALTA	BAIRRO	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	-		-				-	-	-	**Base:** 3,0 metros (1º ao 3º pavimento) **/ Torre:** 4,50 metros de recuo	**Base**: Parede cega até 11,10 metros ou 1,50 metros de recuo quando houver abertura / **Torre**: H/12, sendo o mínimo de 1,50 metros.	450,00m²
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	-		-				-	-	-			
					MISTO	-		-				-	-	-			
					INDUSTRIAL	3		5				5	85	15			
					NÃO RESIDENCIAL	3		5				5	75	15			
				EIXO PRIORITÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	-	-	-				-	-	-	**Base:** 3,00 metros de recuo (1º ao 3º pavimento) / **Torre:** 4,50 metros de recuo		
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	-	-	-				-	-	-			
					MISTO	-	-	-				-	-	-			
					INDUSTRIAL	3	1	5				5	85	15			
					NÃO RESIDENCIAL	3	1	5				5	75	15			
				EIXO SECUNDÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	-		-				-	-	-			
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	-		-				-	-	-			
					MISTO	-		-				-	-	-			
					INDUSTRIAL	3		5				5	85	15			
					NÃO RESIDENCIAL	3		5				5	75	15			
	ZIHC - ZONA DE INTERESSE HISTÓRICO-CULTURAL	Delimitar área para futura Operação Urbana Consorciada (OUC)	POLÍGONO DO CENTRO HISTÓRICO	POLÍGONO	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2		3				3	85	15	**Térreo** = 3,00 metros / **Demais pavimentos** = sem recuo	**Base**: Parede cega até 11,10 metros ou 1,50 metros de recuo quando houver abertura / **Torre**: H/12, sendo o mínimo de 1,50 metros.	240,00m²
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	2	3,5	12	2	2		16	85	15			
					MISTO	2	3,5	12	3	1		16	85	15			
					NÃO RESIDENCIAL	2	3,5	12	3	1		16	85	15			
				EIXO PRIORITÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	3		3				3	85	15			
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	3	4,5	16	6	2		24	85	15			
					MISTO	3	4,5	16	6	2		24	85	15			
					NÃO RESIDENCIAL	3	4,5	16	6	2		24	85	15			
				EIXO SECUNDÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2		3				3	85	15			
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	2	3,5	14	6	2		22	85	15			
					MISTO	2	3,5	14	6	2		22	85	15			
					NÃO RESIDENCIAL	2	3,5	14	6	2		22	85	15			
				EIXO PRIORITÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2	1	3	1			4	85	15	**Base:** Térreo = 3,00 metros de recuo, 2º e 3º pavimento e G+ = 0 metro de recuo / **Torre:** 4,50 metros de recuo	**Base**: Parede cega com até 16,00 metros de altura (quando da utilização do G+). Parede cega com até 11,10 metros de altura (sem utilização do G+). Aplica-se 1,50 metros de recuo quando houver abertura / **Torre**: H/12, sendo o mínimo de 1,50 metros.	
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	5	1,5	17	14	2	2	35	85	15			
					MISTO	5	1,5	17	14	2	2	35	85	15			
					NÃO RESIDENCIAL	5	1,5	17	14	2	2	35	85	15			
					RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2	1	3	1			4	80	15			

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 240819114847297 29

MACROZONAS	ZONA	OBJETIVO	LOCAL / BAIRROS	MICROZONEAMENTO	USOS	C.A	OUTORGA C.A.	Nº PAVIMENTOS BÁSICO	OUTORGA Nº PAV.	ADICIONAL TRANSF. POTENCIAL CONSTR. (Nº Pav.)	TRANSFORMAÇÃO ÁREA - G+ -	Nº MÁXIMO DE PAVIMENTOS	T.O. (%)	T.P. (%)	RECUO FRONTAL MÍNIMO	RECUO MÍNIMO LATERAL E FUNDOS	TAMANHO MÍNIMO DE LOTES (m²)
MACROZONA DE RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL	ZEM - ZONA ESPECIAL JARDIM MALUCHE	Incorporar o Plano Diretor do Jardim Maluche ao Plano Diretor de Brusque	JARDIM MALUCHE	ZONA 1	RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	3	1	4				4	80	15	4,00 metros	**Base**: Parede cega até 11,10 metros ou 1,50 metros de recuo quando houver abertura / **Torre:** H/12, sendo o mínimo de 1,50 metros.	240m²
					MISTO								80	15			
					NÃO RESIDENCIAL								80	15			
					INSTITUCIONAL	2	1	3	1			4	80	15			
				ZONA 2	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2	1	3	1			4	80	15	4,00 metros (sem estacionamento) ou 6,00 metros (com estacionamento frontal)	**Base**: Parede cega com até 16,00 metros de altura (quando da utilização do G+). Parede cega com até 11,10 metros de altura (sem utilização do G+). Aplica-se 1,50 metros de recuo quando houver abertura / **Torre**: H/12, sendo o mínimo de 1,50 metros.	
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	3		8	2			10	80	15			
					MISTO	3		8	2			10	80	15			
					NÃO RESIDENCIAL	3		8	2			10	80	15			
				ZONA 3 + Ruas: Bartolomeu Pruner, 25 de Agosto, Olga Teresa Carvalho Ramos Krieger e Pedro Guilherme Klann Krieger	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2	1	3	1			4	85	15			
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	4	1	16	4		2	22	85	15			
					MISTO	4	1	16	4		2	22	85	15			
					NÃO RESIDENCIAL	4	1	16	4		2	22	85	15			
	ZOR - ZONA DE OCUPAÇÃO RAREFEITA	Controlar o adensamento De áreas ambientalmente frágeis	CEDRINHO, PAQUETÁ, PLANALTO, POÇO FUNDO, PONTA RUSSA, SANTA LUZIA, SÃO JOÃO, TOMAZ COELHO E ZANTÃO	BAIRRO	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2		3				3	65	15	**Base:** linha de muro **Torre:** 3,00 metros de recuo	**Base**: Parede cega até 11,10 metros ou 1,50 metros de recuo quando houver abertura / **Torre**: H/12, sendo o mínimo de 1,50 metros.	240,00m²
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	3		8				8	65	15			
					MISTO	3		8				8	65	15			
					NÃO RESIDENCIAL	3		8				8	65	15			
				EIXO PRIORITÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2		3				3	65	15	**Base:** 3,00 metros de recuo (1º ao 3º pavimento) / **Torre:** 4,50 metros de recuo		
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	3		8				8	65	15			
					MISTO	3		8				8	65	15			
					NÃO RESIDENCIAL	3		8				8	65	15			
				EIXO SECUNDÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2		3				3	65	15			
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	3		8				8	65	15			
					MISTO	3		8				8	65	15			
					NÃO RESIDENCIAL	3		8				8	65	15			
	ZELA - ZONA ESPECIAL LIMEIRA ALTA	Controlar o adensamento	LIMEIRA ALTA	BAIRRO	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2		2				2	65	15	**Base:** linha de muro **Torre:** 3,00 metros de recuo	**Base**: Parede cega até 11,10 metros ou 1,50 metros de recuo quando houver abertura / **Torre**: H/12, sendo o mínimo de 1,50 metros.	240,00m²
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	2		3				3	65	15			
					MISTO	2		3				3	65	15			
					NÃO RESIDENCIAL	2		3				3	65	15			
				EIXO PRIORITÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2		2				2	65	15	**Base:** 3,00 metros de recuo (1º ao 3º pavimento) / **Torre:** 4,50 metros de recuo		
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	2		3				3	65	15			
					MISTO	2		3				3	65	15			
					NÃO RESIDENCIAL	2		3				3	65	15			
				EIXO SECUNDÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2		2				2	65	15			
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	2		3				3	65	15			
					MISTO	2		3				3	65	15			
					NÃO RESIDENCIAL	2		3				3	65	15			
	ZUE - ZONA DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA	Controlar o adensamento de áreas ambientalmente frágeis, visando a regularização de núcleos urbanos em áreas rurais consolidadas ou não, com usos e parâmetros urbanísticos especiais, não sendo permitido projeto de parcelamento do solo no formato de loteamento.	FAIXA DE TERRAS DE 100 M PARA AMBOS OS LADOS, A PARTIR DO EIXO DA RUA BAPTISTA SILVA, DA RUA OTAVIANO ROSA, DA RUA JOSÉ DADA E DA RUA JOÃO VICTORINO MAFRA	BAIRRO	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2		2				2	70	15	**Base:** 3,00 metros de recuo (1º ao 3º pavimento)	**Base**: Parede cega até 11,10 metros ou 1,50 metros de recuo quando houver abertura.	360,00m²
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	2		3				3	70	15			
					MISTO	2		3				3	70	15			
					NÃO RESIDENCIAL	2		3				3	70	15			
				EIXO PRIORITÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2		2				2	70	15			
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	2		3				3	70	15			
					MISTO	2		3				3	70	15			
					NÃO RESIDENCIAL	2		3				3	70	15			
				EIXO SECUNDÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2		2				2	70	15			
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	2		3				3	70	15			
					MISTO	2		3				3	70	15			
					NÃO RESIDENCIAL	2		3				3	70	15			
	ZAOC - ZONA AMBIENTAL DE OCUPAÇÃO CONTROLADA CRISTALINA	Controlar o adensamento de áreas ambientalmente frágeis, visando a regularização de núcleos urbanos em áreas rurais consolidadas ou não, com usos e parâmetros urbanísticos especiais, não sendo permitido projeto de parcelamento do solo no formato de loteamento.	FAIXA DE TERRAS DE 300 M DO EIXO PARA O LADO ESQUERDO DA ESTRADA GERAL DA CRISTALINA E DO LADO DIREITO ATÉ O LIMITE DO MUNICÍPIO. FAIXA DE TERRAS DE 200 M DO EIXO PARA AMBOS OS LADOS DA RUA QUE LIGA A ESTRADA GERAL DA CRISTALINA ATÉ A RODOVIA PEDRO MERIZIO.	BAIRRO	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	1		2				2	50	50	**Base:** 3,00 metros de recuo (1º ao 3º pavimento)	**Base**: Parede cega até 11,10 metros ou 1,50 metros de recuo quando houver abertura.	2.000,00m²
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	1		3				3	50	50			
					MISTO	1		3				3	50	50			
					NÃO RESIDENCIAL	1		3				3	50	50			
				EIXO PRIORITÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	1		2				2	50	50			
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	1		3				3	50	50			
					MISTO	1		3				3	50	50			
					NÃO RESIDENCIAL	1		3				3	50	50			
				EIXO SECUNDÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	1		2				2	50	50			
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	1		3				3	50	50			
					MISTO	1		3				3	50	50			
					NÃO RESIDENCIAL	1		3				3	50	50			

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 240819114847297

MACROZONAS	ZONA	OBJETIVO	LOCAL / BAIRROS	MICROZONEAMENTO	USOS	C.A	OUTORGA C.A.	Nº PAVIMENTOS BÁSICO	OUTORGA Nº PAV.	ADICIONAL TRANSF. POTENCIAL CONSTR. (Nº Pav.)	TRANSFORMAÇÃO ÁREA - G+ -	Nº MÁXIMO DE PAVIMENTOS	T.O. (%)	T.P. (%)	RECUO FRONTAL MÍNIMO	RECUO MÍNIMO LATERAL E FUNDOS	TAMANHO MÍNIMO DE LOTES (m²)
	RPPN CHÁCARA EDITH	Preservação Ambiental	RPPN CHÁCARA EDITH			0,5		3				3	20	80			
MACROZONA RURAL	ZR - ZONA RURAL	Preservação Ambiental	CRISTALINA, CEDRO GRANDE, LIMEIRA E BATEAS			0,5		3				3	50	50	3,00 metros	Parede cega até 11,10 metros Ou 1,50 metros de recuo quando houver abertura.	20.000,00m²
MACROZONA DE ESTRUTURAÇÃO URBANA E MACROZONA DE RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL	ZEIS - ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL	Estimular a criação de moradias populares em áreas estratégicas da cidade	ZEIS 1	OBJETO DE REGULARIZAÇÃO ESPECÍFICA: NECESSÁRIO AVALIAÇÃO INDIVIDUALIZADA POR COMISSÃO TÉCNICA													
			ZEIS 2	BAIRRO	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2		1				1	65	35	**Base:** Térreo = 3,00 metros de recuo, 2º e 3º pavimento = 0,50 metros de recuo / **Torre:** 4,50 metros de recuo	**Base**: parede cega até 11,10 metros ou 1,50 metros de recuo quando houver abertura / **Torre**: H/12, sendo o mínimo de 1,50 metros.	125,00m²
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	2		8				8					
					MISTO	2		8				8					
					NÃO RESIDENCIAL	2		8				8					
				EIXO PRIORITÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2		1				1					
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	2		8				8					
					MISTO	2		8				8					
					NÃO RESIDENCIAL			8				8					
				EIXO SECUNDÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE ATIVA	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	2		1				1					
					RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	2		8				8					
					MISTO	2		8				8					
					NÃO RESIDENCIAL	2		8				8					

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 240819114847297 29

ANEXO IV

TABELA DE USOS

USO		SIGLA	DESCRIÇÃO	ZONEAMENTO																
													ZEM							
				ZAD	ZADI	ZD	ZDA	ZDL	ZIHA	ZI	AIL	ZIHC	Z1	Z2	Z3	EP	ZOR	ZELA	ZUE	ZAOC	ZR
Residencial	Residencial unifamiliar	R1	Corresponde a uma única unidade destinada a habitação, ou fração ideal da unidade autônoma no caso de unidade habitacional organizada em condomínio urbanístico																	
	Residencial multifamiliar	R2	Corresponde a mais de uma unidade residencial no mesmo lote, com um ou mais pavimentos, organizada vertical ou horizontalmente, dispondo de áreas e instalações comuns que garantam seu funcionamento; unidades habitacionais compostas por um único cômodo integrando sala, quarto e cozinha, e banheiro, tipo quitinetes, organizados vertical ou horizontalmente, dispondo de áreas e instalações comuns que garantam seu funcionamento																	
Institucional		IN	Espaço, estabelecimento ou instalação destinada à educação, lazer, esporte, cultura, saúde, assistência social, associações comunitárias e locais de reuniões (exceto para atividades previstas no Uso Específico – UE).										(3)							
Comercial e de serviço	Comércio e Serviços Vicinais	CS1	Atividades de pequeno porte, disseminadas no interior das zonas, de utilização imediata e cotidiana, como um prolongamento da habitação, com área de construção de até 100 (cem) metros quadrados (exceto para atividades previstas no Uso Específico – UE).																	
	Comércio e Serviços de Bairro	CS2	Atividades de médio porte destinadas a atender à população em geral, com área de construção de até 400 (quatrocentos) metros quadrados (exceto para atividades previstas no Uso Específico – UE).																	
	Comércio e Serviços Setoriais	CS3	Atividades gerais de grande porte destinados a atender à população em geral, com área de construção superior a 400 (quatrocentos) metros quadrados (exceto para atividades previstas no Uso Específico – UE).																	
	Comércio e Serviços de Produtos Perigosos	CSPP	Atividades cuja nocividade é um perigo iminente à população ou um incômodo permanente a esta.																	
Indústria	Indústrias de pequeno porte	I1	Atividades industriais compatíveis com o uso residencial e não incômodas ao entorno, com área construída inferior a 100 (cem) metros quadrados (exceto para atividades previstas no Uso Específico – UE).																	
	Indústrias de médio porte	I2	Atividades industriais compatíveis ao entorno, não geradoras de intenso fluxo de pessoas e veículos, com área construída entre 100 (cem) metros quadrados e 600 (seiscentos) metros quadrados (exceto para atividades previstas no Uso Específico – UE).																	
	Indústrias de médio-grande porte	I3	Atividades industriais compatíveis ao entorno, não geradoras de intenso fluxo de pessoas e veículos, com área construída entre 600 (seiscentos) metros quadrados e 2.000 (dois mil) metros quadrados (exceto para atividades previstas no Uso Específico – UE).																	
	Indústrias de grande porte	I4	Área de construção acima de 2.000 (dois mil) metros quadrados (exceto para atividades previstas no Uso Específico – UE).																	
	Indústrias de Produtos Perigosos	IPP	Atividades industriais cuja nocividade é um perigo iminente à população ou um incômodo permanente a esta.																	
Agropecuário		CSA	Atividade de uso de solo, voltada à produção agrícola ou criação de animais, visando às necessidades do próprio produtor ou com vistas ao mercado consumidor (exceto para atividades previstas no Uso Específico – UE).																	
Extrativista		CSMV	Atividade de extração mineral e vegetal (1)																	
Uso específico (2)		UE	Atividades peculiares, cuja adequação à vizinhança deve ser analisada pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, podendo ser exigido estudo específico durante o processo de análise.										(3)							

PERMITIDO PERMISSÍVEL PROIBIDO

(1) As atividades de extração de areia serão permitidas em todo o município de Brusque

(2) Atividades do Uso Específico (UE): centros de saúde, dispensário, hospitais gerais, hospitais especializados, sanatórios, asilos, orfanatos, albergues e centros sociais, abreugrafia, ambulatório, centro de reabilitação, clínicas de repouso, hospital veterinário, institutos psicotécnicos, pronto-socorro, laboratório de transformação de insumos para biotecnologia, faculdade, universidade, ensino médio, ensino fundamental, ensino pré-escolar, creches, ensino técnico-profissional, *shopping center*, autocine, teatros, parques de diversões, ginásios de esportes, estádios, circos, museus, pinacotecas, observatório, campos desportivos, sociedades culturais, recreativas e similares, clubes, igreja, locais de reunião e culto, boliche, diversões eletrônicas, "drive - in", salão de festas, bailes, "buffet", biblioteca, espaços e edificações para exposições, casas noturnas, auditório para convenções, congressos, conferências, motel, hotéis, jardim botânico, praças, parques, ornamentos e lazer, oficina mecânica, ferro velho e sucata, cemitérios, crematórios, terminal rodoviário, aeroportos, aeródromos, heliportos, helipontos, terminais e/ou atividades de passageiros e carga, aterro sanitário, estações de tratamento e usinas de reciclagem, resíduos sólidos, matadouros, abatedouros, autódromos, hipódromos, motódromos, kartódromos e estádios esportivos, autódromos, hipódromos, motódromos, kartódromos, estabelecimentos prisionais, depósito de carvão mineral e derivados, e de quaisquer produtos perigosos (explosivos, inflamáveis, tóxicos, corrosivos ou radioativos).

(3) Zona 1 da Zona Especial Maluche (ZEM) SOMENTE serão permitidas as seguintes atividades: entidades públicas ou privadas, com fins assistenciais, filantrópicas, educacionais, culturais, recreativos, religiosos. Atividades puramente artesanais, em regime de economia familiar, desenvolvida no interior da própria residência.

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 240819114909 5FA29

ANEXO V - NÚMERO MÁXIMO DE UNIDADES EM FUNÇÃO DA LARGURA DA VIA

Largura da Via (em metros) [1]	Número máximo de unidades
I - Largura de pista menor que 5,00 m (cinco metros)	12 (doze) unidades
II - Largura de pista igual a 5,00 m (cinco metros) e menor que 6,00 m (seis metros)	24 (vinte quatro) unidades
III - Largura de pista igual a 6,00 m (seis metros) e menor que 7,00 m (sete metros)	40 (quarenta) unidades
IV - Largura de pista igual ou superior que 7,00 m (sete metros)	Conforme zoneamento
[1] A largura da pista será observada em 75% (setenta e cinco por cento) da extensão da via.	

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 240819114931 2AF29

ANEXO VI – FAIXAS DE DOMÍNIO E FAIXAS NÃO EDIFICÁVEIS FRONTAIS DAS RODOVIAS SOB JURISDIÇÃO ESTADUAL E MUNICIPAL

LOGRADOURO	TRECHO	FAIXA DE DOMÍNIO (distância do eixo em metros para ambos os lados)	FAIXA NÃO EDIFICÁVEL (esquerdo e direito em metros)
Rua Blumenau / Rodovia Ivo Silveira (SC-108)	Rótula da Rua Guilherme Wegner até a Rótula da Rua Luiz Gonzaga Werner	10,00	3,00
Rodovia Ivo Silveira (SC-108)	Rótula da Rua Luiz Gonzaga Werner até o limite do Município	Conforme Parecer do DEINFRA	Mínimo de 5,00[1]
Rua Luiz Gonzaga Werner	Rodovia Ivo Silveira até a P onte João Libério Benvenutti	10,00	3,00
Rodovia Dep. Antonio Heil (SC-486)	Limite do Município até o Pontilhão da Limeira	Conforme Parecer do DEINFRA	Mínimo de 5,00[1]
Rodovia Dep. Antonio Heil (SC-486)	Pontilhão da Limeira até a Rua Germano Schaeffer	15,00	3,00
(SC-486)	Avenida Getúlio Vargas – Avenida Dom Joaquim – Cruzamento Avenida Germano Furbringer com a Rua Max Furbringer	9,0	3,00
(SC-486)	Cruzamento Avenida Germano Furbringer com a Rua Max Furbringer até o final do trecho 1 da Rua Alberto Knop – Maluche	12,5	3,00
(SC-486)	Final do trecho 1 da Rua Alberto Knop – Maluche até Rua Beira-Rio	Conforme Parecer do DEINFRA	Mínimo de 5,00[1]
(SC-486)	Rua Beira-Rio até a Rua Ludovico Merico	10,00	3,00
(SC-486)	Rua Ludovico Merico até o acesso ao Cemitério Dom Joaquim (Após Rua Joaquim Cesari)	9,00	3,00
(SC-486)	Acesso ao Cemitério Dom Joaquim (após Rua Joaquim Cesari) até o limite do Município	Conforme Parecer do DEINFRA	Mínimo de 5,00[1]
Rodovia Deputado Gentil Batisti Archer (SC-108)	Rua Arnoldo Ristow até o limite do Município	Conforme Parecer do DEINFRA	Mínimo de 5,00[1]

1 O afastamento mínimo de 5,00 metros para a faixa não edificável dependerá da observância prévia de eventual projeto de duplicação do trecho da rodovia ou outro motivo que se torne impeditivo à emissão do alvará de construção ou à regularização de construção existente.

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 240819114958E3629

Anexo VII - Tabela de Estacionamento

CATEGORIA	TIPO DE EMPREENDIMENTO	AUTOMÓVEL	MOTOS/BICICLETAS	EMBARQUE E DESEMBARQUE		CAMINHÕES (CARGA/DESCARGA)
				AUTOMÓVEL	ÔNIBUS	
EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS	RESIDENCIAL UNIFAMILIAR	1 vaga por unidade habitacional				
	RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR	1 vaga por unidade habitacional até 100 m² de área privativa/2 vagas por unidade habitacional >100 m² de área privativa				
	RESIDENCIAL GEMINADA	1 vaga por unidade habitacional				
	APART HOTEL					
	KITINETES					
EDIFICAÇÕES DE COMÉRCIO VAREJISTA	< 500 m² DE ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	1 vaga a cada 75 m² de área total construída (mínimo 1 vaga)	1 vaga a cada 5 vagas de automóveis			
	> 500 m² DE ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	1 vaga a cada 125 m² de área total construída (mínimo 1 vaga)				
EDIFICAÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	ATÉ 75 m² DE ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	1 vaga	1 vaga a cada 5 vagas de automóveis			
	> 75 m² DE ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	1 vaga a cada 100 m² de área construída (mínimo 1 vaga)				
EDIFICAÇÕES DE COMÉRCIO ATACADISTA	COMÉRCIO ATACADISTA EM GERAL	1 vaga a cada 125 m² de área total construída (mínimo 1 vaga)	1 vaga a cada 5 vagas de automóveis			Mínimo 1 vaga
EDIFICAÇÕES PARA FINS DE ALOJAMENTO	HOTEL, POUSADA, ALBERGUE, PENSÃO E HOSTEL	1 vaga a cada 4 unidades de hospedagem	1 vaga a cada 5 vagas de automóveis			Mínimo 1 vaga
	MOTEL	1 vaga por quarto				
EDIFICAÇÕES PARA FINS CULTURAIS E EVENTOS	AUDITÓRIO, TEATRO, CINEMA, CENTRO DE CONVENÇÕES, PAVILHÃO DE EXPOSIÇÃO E EVENTOS, CASA DE FESTAS E EVENTOS, BOATE E SIMILAR	1 vaga a cada 5 assentos destinados a espectadores	1 vaga a cada 5 vagas de automóveis	1 vaga a cada 200 assentos destinados a espectadores		Mínimo 1 vaga
	MUSEU E GALERIA DE ARTE, BIBLIOTECA	1 vaga a cada 50 m² de área construída	1 vaga a cada 5 vagas de automóveis			
EDIFICAÇÕES PARA FINS RECREATIVOS E ESPORTIVOS	ACADEMIA	1 vaga a cada 50 m² de área construída	1 vaga a cada 5 vagas de automóveis			
	CLUBE SOCIAL E ESPORTIVO	1 vaga a cada 100 m² de área de jogo (campo/quadra/etc.) e 1 vaga a cada 10 assentos destinados a espectadores	1 vaga a cada 5 vagas de automóveis e mínimo 1 vaga (para Ônibus)	Deverá ser analisado de forma específica pelo IBPLAN		
	GINÁSIO DE ESPORTES					
	ESTÁDIO	1 vaga a cada 25 assentos destinados a espectadores				
EDIFICAÇÕES PARA FINS RELIGIOSOS	TEMPLO, IGREJA, CAPELA, CASA DE CULTO	1 vaga a cada 15 assentos destinados a espectadores	1 vaga a cada 5 vagas de automóveis			
EDIFICAÇÕES PARA FINS INDUSTRIAIS / DEPÓSITOS	INDÚSTRIA EM GERAL	1 vaga a cada 300 m² de área construída	1 vaga a cada 5 vagas de automóveis			1 vaga a cada 2.000 m² de área construída (mínimo 1 vaga)
EDIFICAÇÕES PARA FINS EDUCACIONAIS	CRECHE, PRÉ-ESCOLA E JARDIM DE INFÂNCIA	1 vaga a cada 125 m² de área de permanência	1 vaga a cada 5 vagas de automóveis	1 vaga a cada 500 m² de área de permanência (mínimo 1 vaga)		1 vaga para >500 m² de área de permanência
	ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO		1 vaga a cada 5 vagas de automóveis 1 vaga quando maior que 500 m² de área construída (para Ônibus)		1 vaga para >500 m² de área de permanência	
	ENSINO SUPERIOR E ESCOLA TÉCNICA	1 vaga a cada 20 m² de área de salas de aula, sala multiuso, laboratórios e administração		mínimo 1 vaga		
	CURSO PROFISSIONALIZANTE		1 vaga a cada 5 vagas de automóveis			
	CONSULTÓRIO					

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 240819115026ADF29

CATEGORIA	TIPO DE EMPREENDIMENTO	AUTOMÓVEL	MOTOS/BICICLETAS	EMBARQUE E DESEMBARQUE		CAMINHÕES (CARGA/DESCARGA)
				AUTOMÓVEL	ÔNIBUS	
EDIFICAÇÕES DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE	CLÍNICA SEM INTERNAÇÃO, UNIDADE DE SAÚDE, AMBULATÓRIO, LABORATÓRIO	1 vaga a cada 100 m² de área construída (mínimo 1 vaga)	1 vaga a cada 5 vagas de automóveis			
	ESTABELECIMENTO MÉDICO VETERINÁRIO SEM INTERNAÇÃO					
	ESTABELECIMENTO MÉDICO VETERINÁRIO COM INTERNAÇÃO					1 vaga para ambulância
	HOSPITAL E CLÍNICA COM INTERNAÇÃO	1 vaga a cada 4 leitos e 1 vaga a cada 50 m² de área administrativa				1 vaga para ambulância e 1 vaga para IML
ESTABELECIMENTOS ESPECIAIS	AGÊNCIA DE CORREIOS	1 vaga a cada 75 m² de área construída	1 vaga a cada 5 vagas de automóveis			Mínimo 1 vaga
	AGÊNCIA BANCÁRIA					1 vaga para carro de transporte de valor
	SHOPPING CENTER, SUPERMERCADO E HIPERMERCADO			1 vaga a cada 2.000 m² de área construída (apenas para Shopping Center)		1 vaga a cada 500 m² de área construída
	BAR, ESTABELECIMENTO ESPECIALIZADO EM SERVIÇO DE BEBIDAS, RESTAURANTE, CHURRASCARIA	1 vaga a cada 25 m² de área de atendimento				Mínimo 1 vaga
	PARQUE, JARDIM BOTÂNICO, ZOOLÓGICO E RESERVA ECOLÓGICA	Deverá ser analisado de forma específica pelo IBPLAN de acordo com o EIV				
	CEMITÉRIO					

01) A vaga para estacionamento e guarda de automóveis de passeio terá as dimensões mínimas de 2,40m de largura e 4,80m de comprimento.

02) A vaga para estacionamento e guarda de motocicletas/bicicletas terá as dimensões mínimas de 1,00m de largura e 2,00m de comprimento.

03) A vaga de estacionamento e guarda de ônibus terá as dimensões mínimas de 5,40m de largura e 13,00m de comprimento.

04) A vaga de estacionamento e guarda de caminhões, carga e descarga considerados VUC (Veículo Urbano de Carga) até 4 toneladas terá as dimensões mínimas de 3,10m de largura e 7,00m de comprimento.

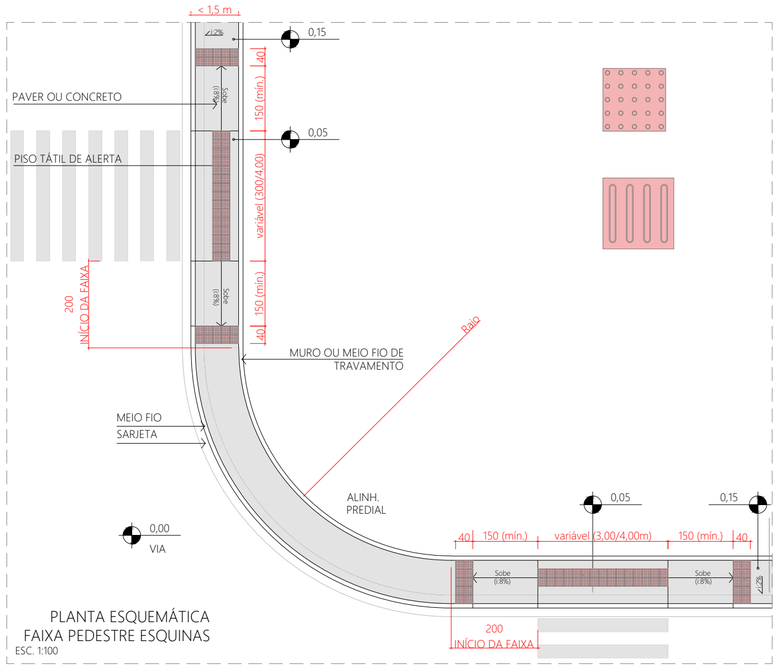
05) Nos residenciais multifamiliares deverão ser reservadas vagas para visitantes na proporção de 1 vaga para cada 20 unidades habitacionais, sendo dispensadas até 9 unidades habitacionais.

06) Vagas para idosos considerar Lei n° 10.471/2003 – Estatuto do Idoso, 5% das vagas oferecidas, e NBR 9050.

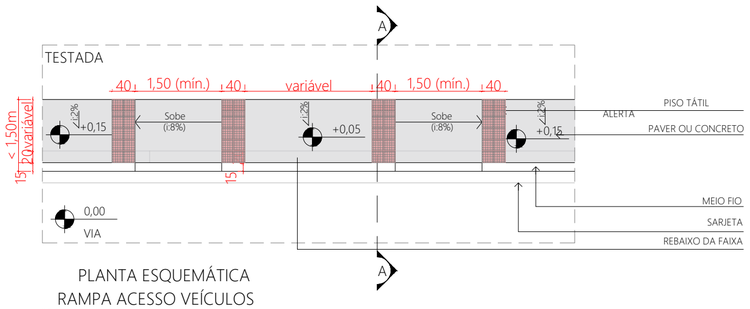
07) Vagas para pessoas com deficiência (PcD) considerar NBR 9050 e: 1 vaga até 25 vagas, 2 vagas de 26 a 50 vagas, 4 vagas de 51 a 100 vagas e 4 vagas +01 para cada 100 vagas excedentes.

08) Os imóveis que integram o Inventário e o Catálogo do Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico de Brusque serão dispensados da exigência de vagas de estacionamento.

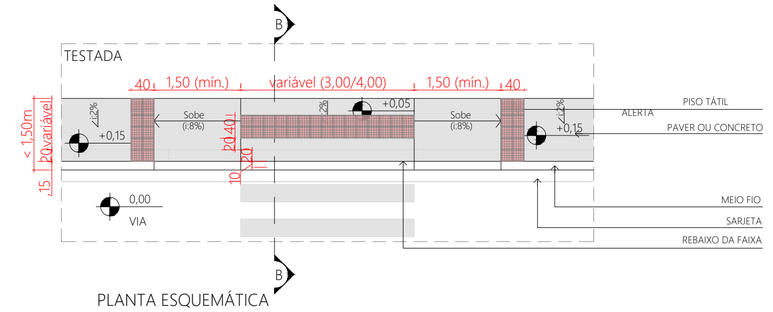
Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 24081911502 6ADF29



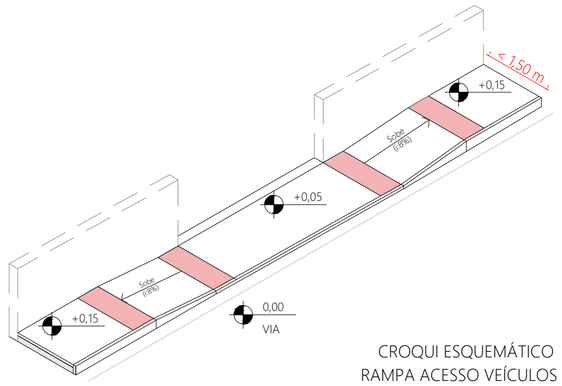
PLANTA ESQUEMÁTICA
FAIXA PEDESTRE ESQUINAS
ESC. 1:100



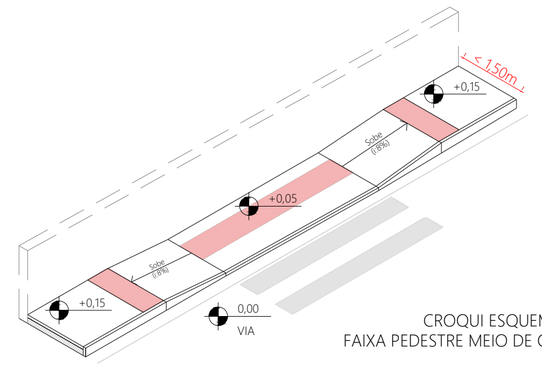
PLANTA ESQUEMÁTICA
RAMPA ACESSO VEÍCULOS
ESC. 1:75



PLANTA ESQUEMÁTICA
FAIXAS PEDESTRE MEIO DE QUADRA
ESC. 1:75



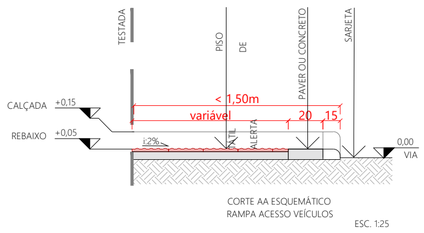
CROQUI ESQUEMÁTICO
RAMPA ACESSO VEÍCULOS
ESC. 1:75



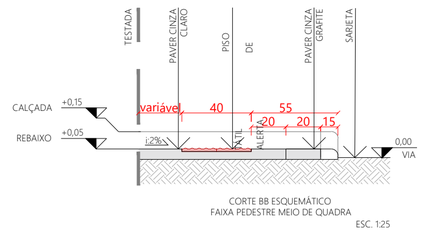
CROQUI ESQUEMÁTICO
FAIXA PEDESTRE MEIO DE QUADRA
ESC. 1:75



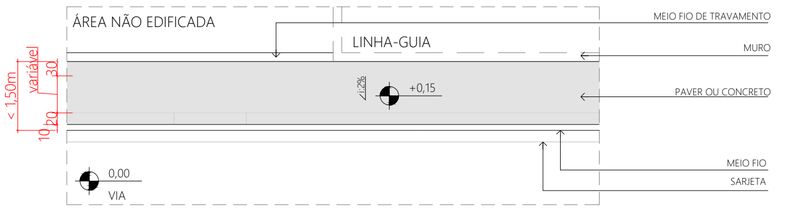
CROQUI ESQUEMÁTICO
CONTINUIDADE EM ÁREAS NÃO EDIFICADAS
ESC. 1:75



CORTE AA ESQUEMÁTICO
RAMPA ACESSO VEÍCULOS
ESC. 1:25



CORTE BB ESQUEMÁTICO
FAIXA PEDESTRE MEIO DE QUADRA
ESC. 1:25



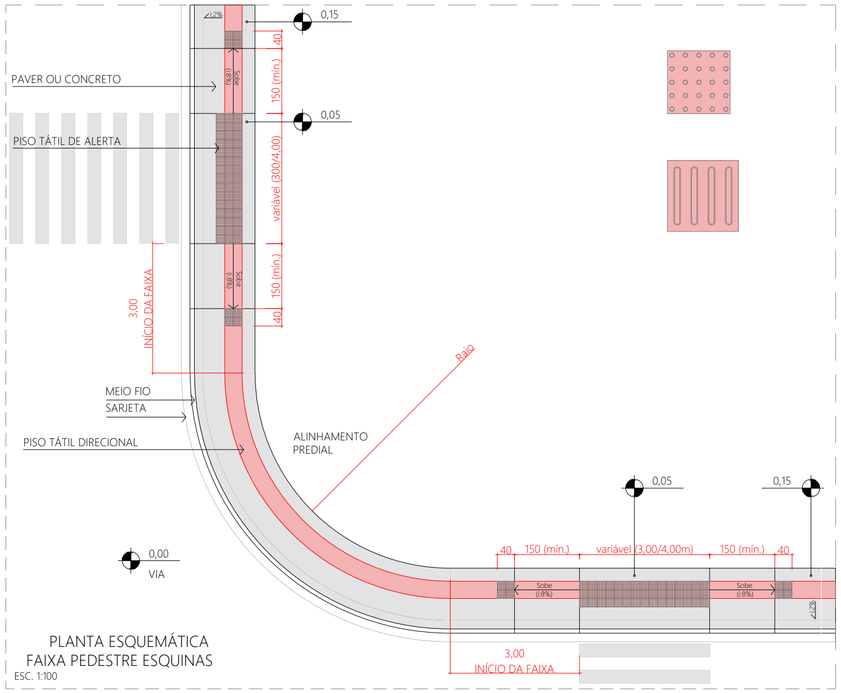
PLANTA ESQUEMÁTICA
CONTINUIDADE EM ÁREAS NÃO EDIFICADAS
ESC. 1:75

DESENHO 1 - OBSEVAÇÕES QUANTO AO PROJETO DE CALÇADAS COM < 1,50M

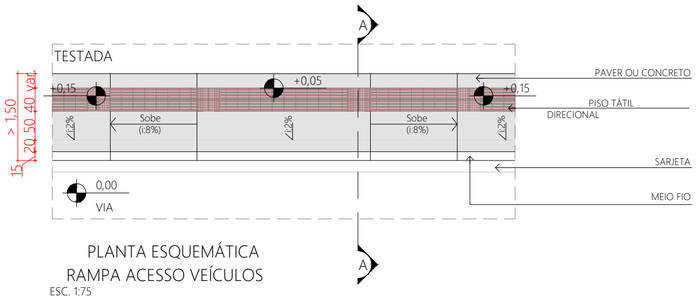
PREFEITURA DE BRUSQUE

ANEXO VIII - CADERNO DE DESENHOS - 1/6

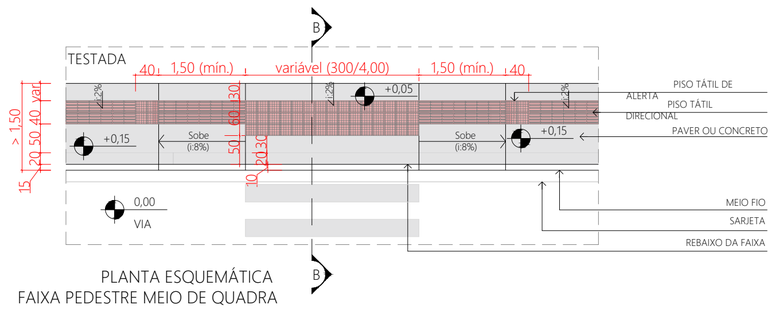
Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 240819115406E129



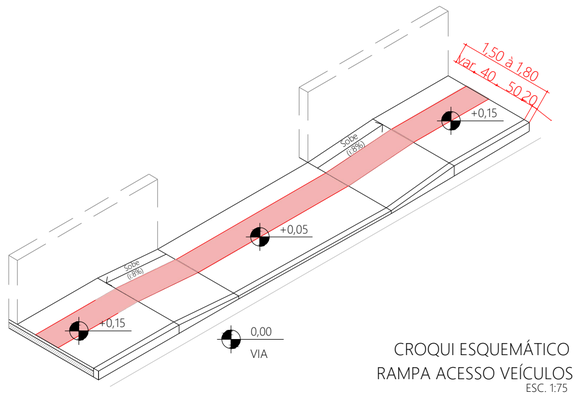
PLANTA ESQUEMÁTICA
FAIXA PEDESTRE ESQUINAS
ESC. 1:100



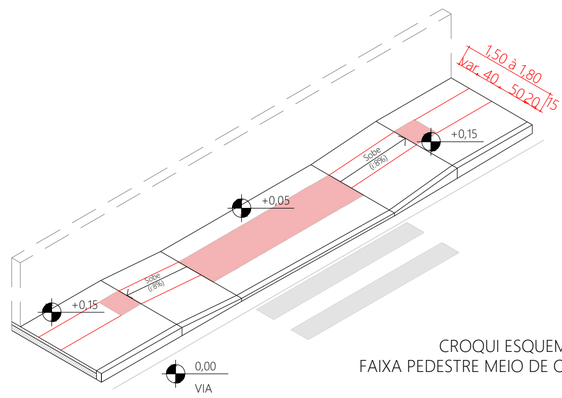
PLANTA ESQUEMÁTICA
RAMPA ACESSO VEÍCULOS
ESC. 1:75



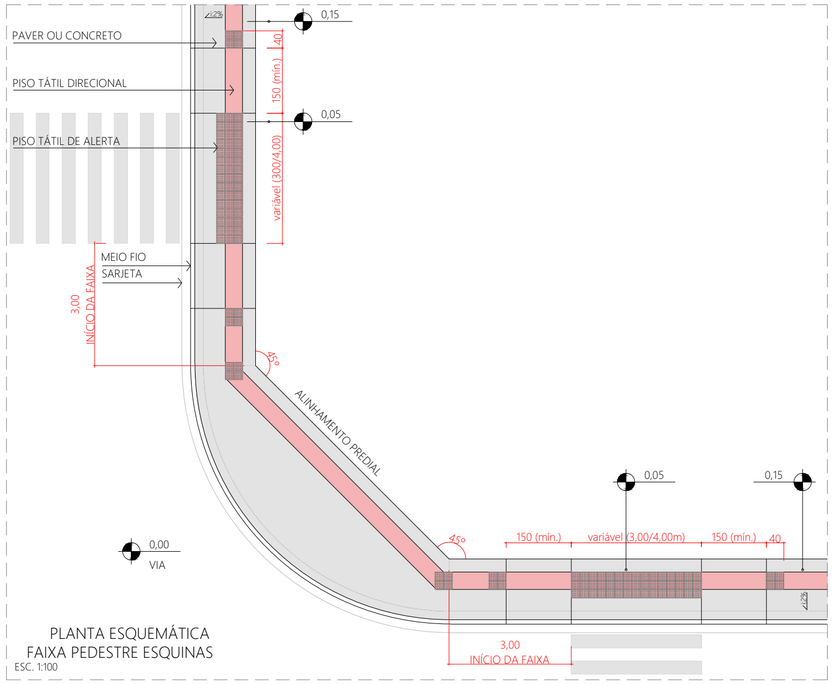
PLANTA ESQUEMÁTICA
FAIXA PEDESTRE MEIO DE QUADRA
ESC. 1:75



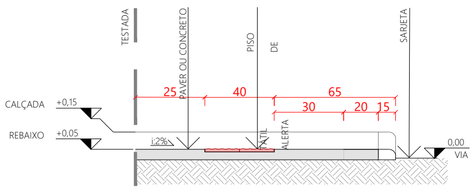
CROQUI ESQUEMÁTICO
RAMPA ACESSO VEÍCULOS
ESC. 1:75



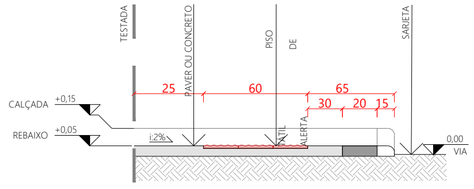
CROQUI ESQUEMÁTICO
FAIXA PEDESTRE MEIO DE QUADRA
ESC. 1:75



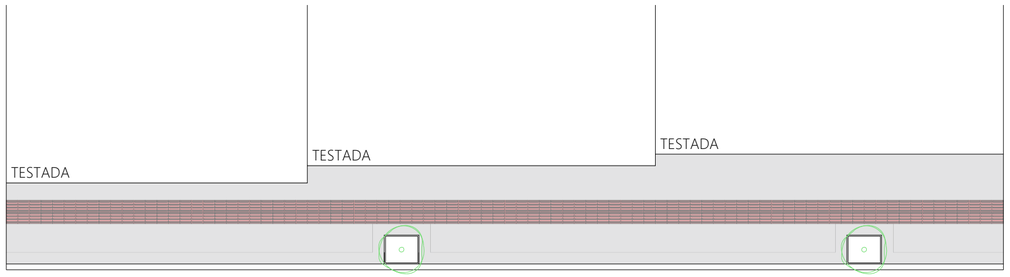
PLANTA ESQUEMÁTICA
FAIXA PEDESTRE ESQUINAS
ESC. 1:100



CORTE AA ESQUEMÁTICO
RAMPA ACESSO VEÍCULOS
ESC. 1:25



CORTE BB ESQUEMÁTICO
FAIXA PEDESTRE MEIO DE QUADRA
ESC. 1:25



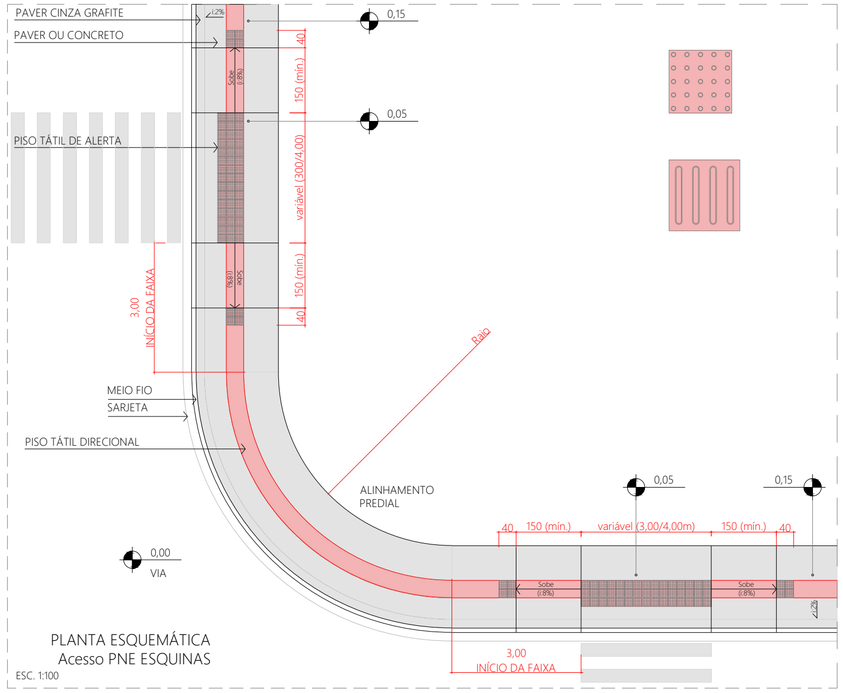
DETALHE PLANO DIRETOR - CONEXÕES TAMANHOS CALÇADAS
ESC. 1:75

DESENHO 2 - OBSEVAÇÕES QUANTO AO PROJETO DE CALÇADAS COM 1,50M À 1,80M

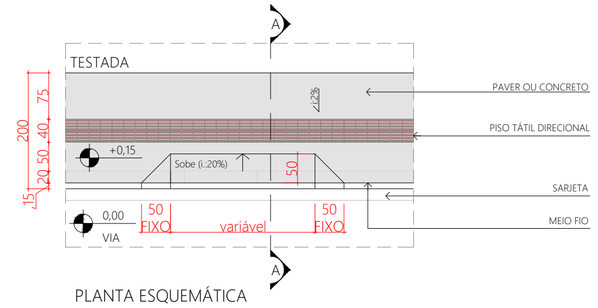
PREFEITURA DE BRUSQUE

ANEXO VIII - CADERNO DE DESENHOS - 2/6

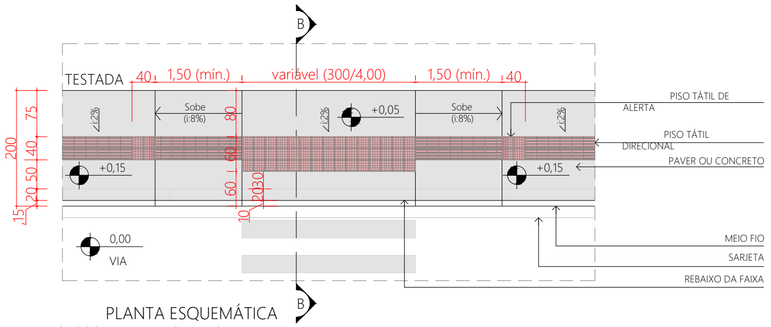
Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 240819115207944 29



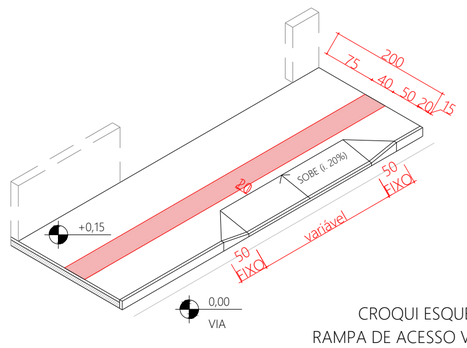
PLANTA ESQUEMÁTICA
Acesso PNE ESQUINAS
ESC. 1:100



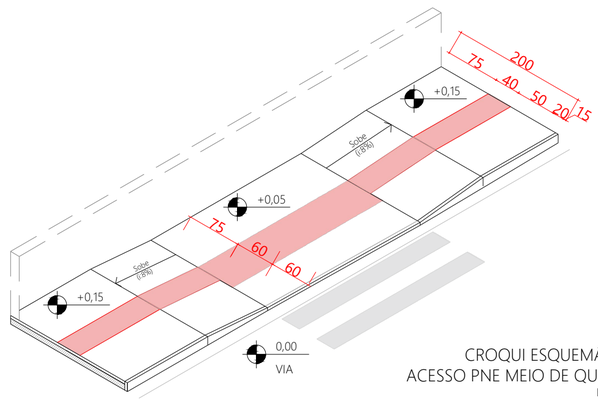
PLANTA ESQUEMÁTICA
RAMPA DE ACESSO VEÍCULOS
ESC. 1:75



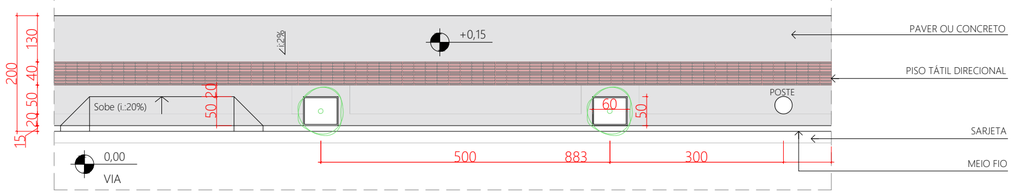
PLANTA ESQUEMÁTICA
ACESSO PNE MEIO DE QUADRA
ESC. 1:75



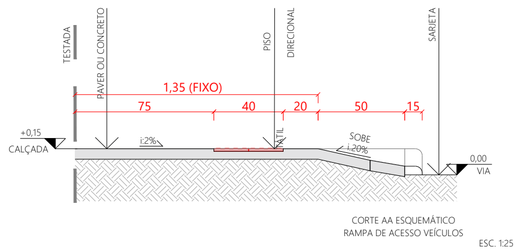
CROQUI ESQUEMÁTICO
RAMPA DE ACESSO VEÍCULOS
ESC. 1:75



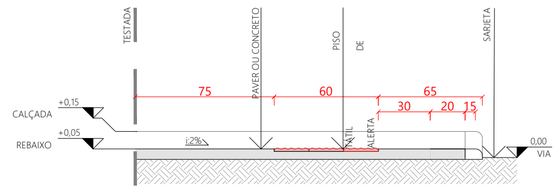
CROQUI ESQUEMÁTICO
ACESSO PNE MEIO DE QUADRA
ESC. 1:75



PLANTA ESQUEMÁTICA
ARBORIZAÇÃO
ESC. 1:75

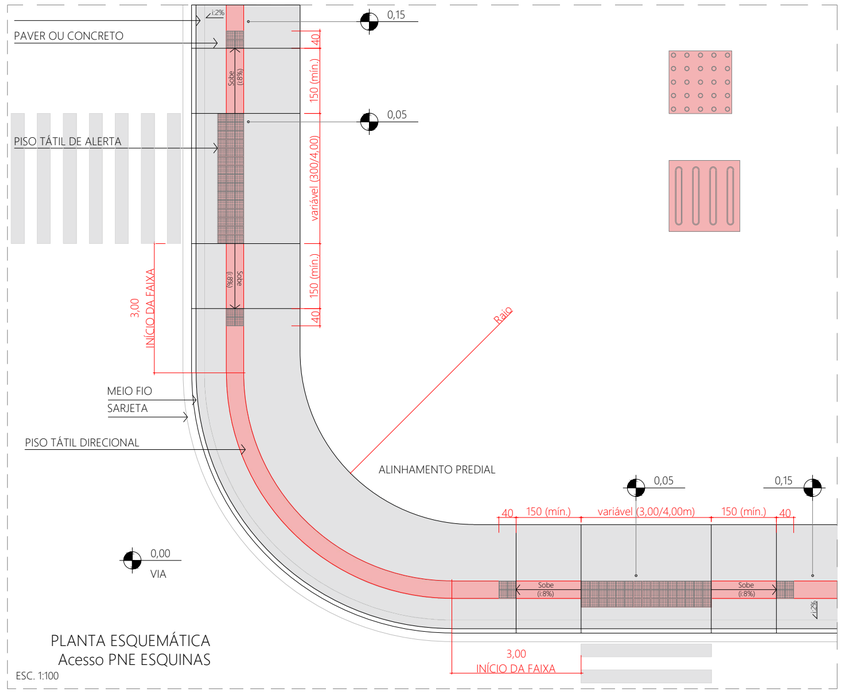


CORTE AA ESQUEMÁTICO
RAMPA DE ACESSO VEÍCULOS
ESC. 1:25

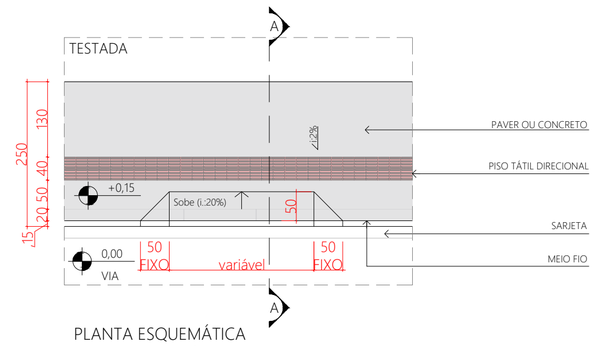


CORTE BB ESQUEMÁTICO
ACESSO PNE MEIO DE QUADRA
ESC. 1:25

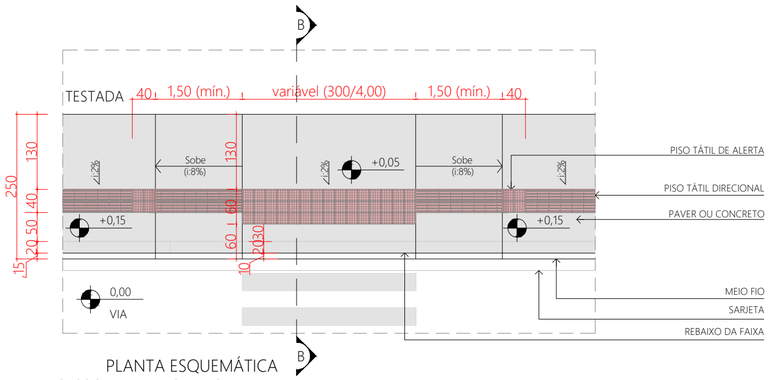
Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 240819115245886290524588629



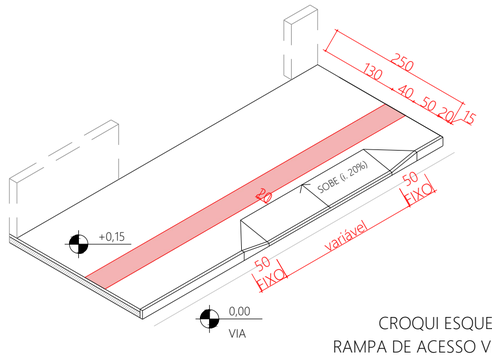
PLANTA ESQUEMÁTICA
Acesso PNE ESQUINAS
ESC. 1:100



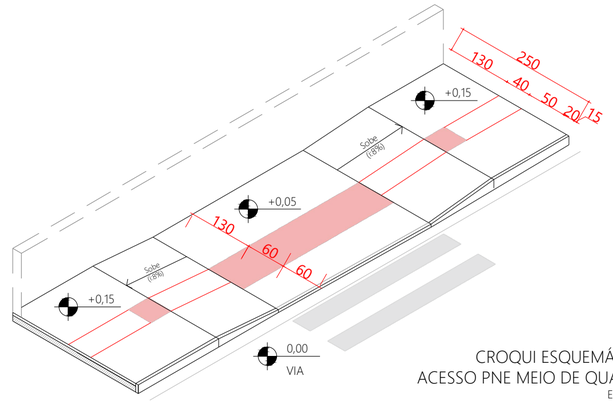
PLANTA ESQUEMÁTICA
RAMPA DE ACESSO VEÍCULOS
ESC. 1:75



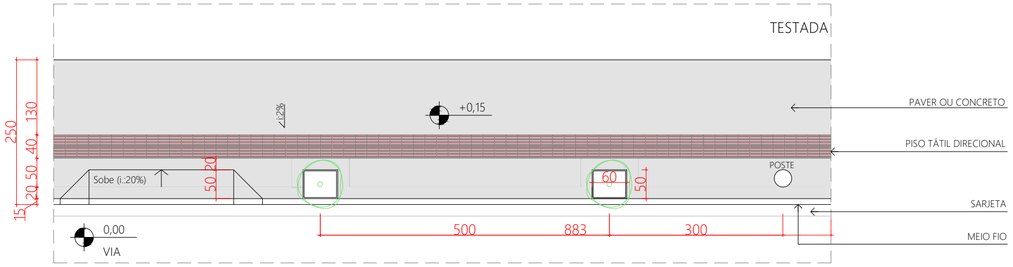
PLANTA ESQUEMÁTICA
ACESSO PNE MEIO DE QUADRA
ESC. 1:75



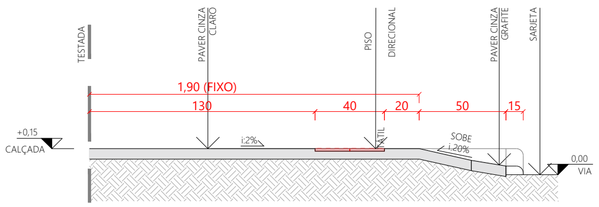
CROQUI ESQUEMÁTICO
RAMPA DE ACESSO VEÍCULOS
ESC. 1:75



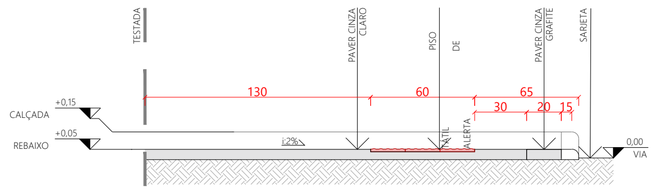
CROQUI ESQUEMÁTICO
ACESSO PNE MEIO DE QUADRA
ESC. 1:75



PLANTA ESQUEMÁTICA
ARBORIZAÇÃO
ESC. 1:75

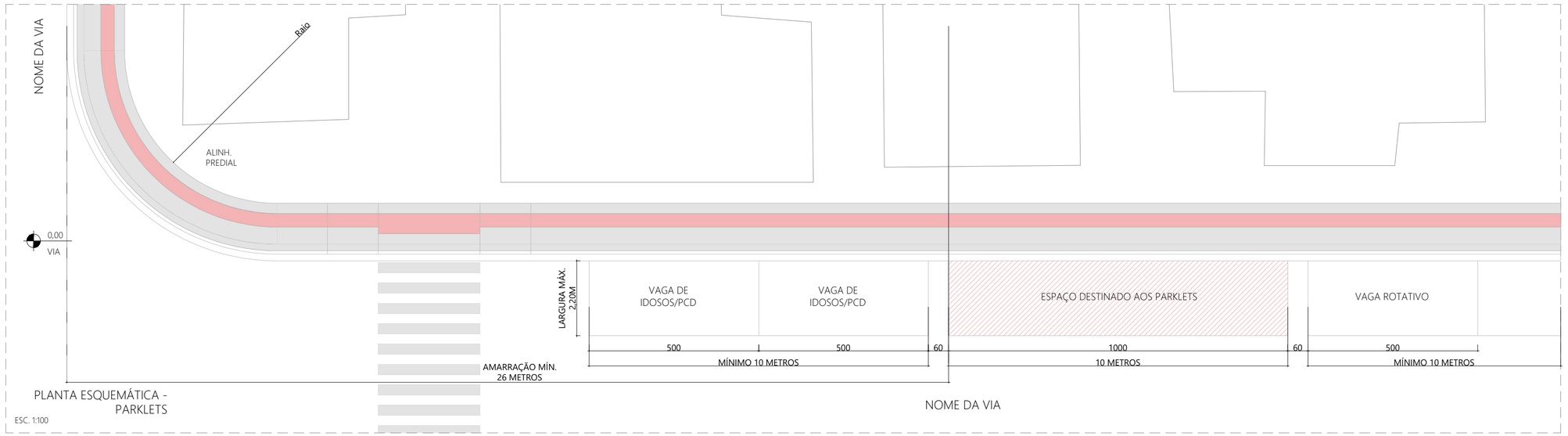


CORTE AA ESQUEMÁTICO
RAMPA DE ACESSO VEÍCULOS
ESC. 1:25



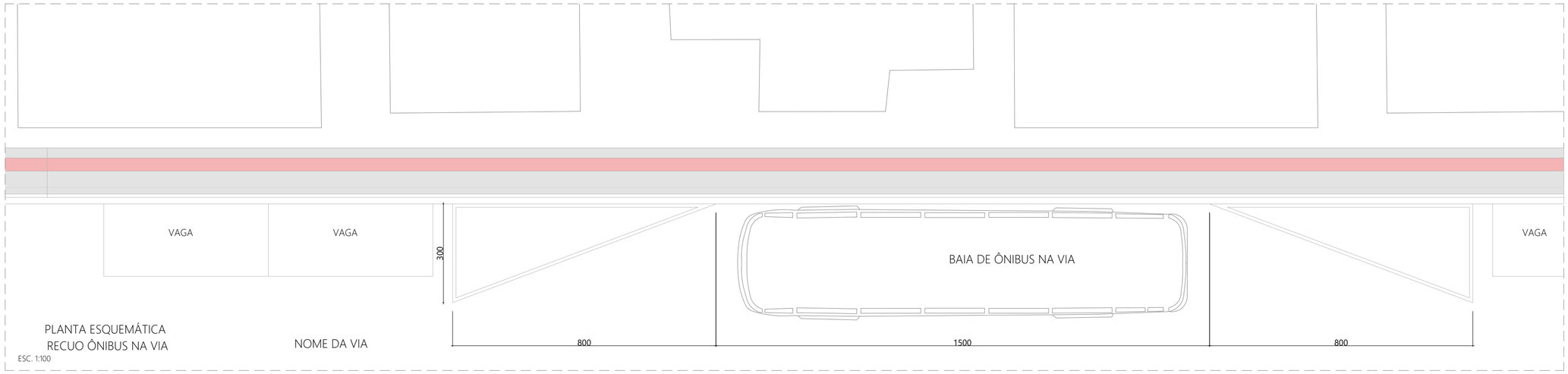
CORTE BB ESQUEMÁTICO
ACESSO PNE MEIO DE QUADRA
ESC. 1:25

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 240819115331EEC29



PLANTA ESQUEMÁTICA - PARKLETS

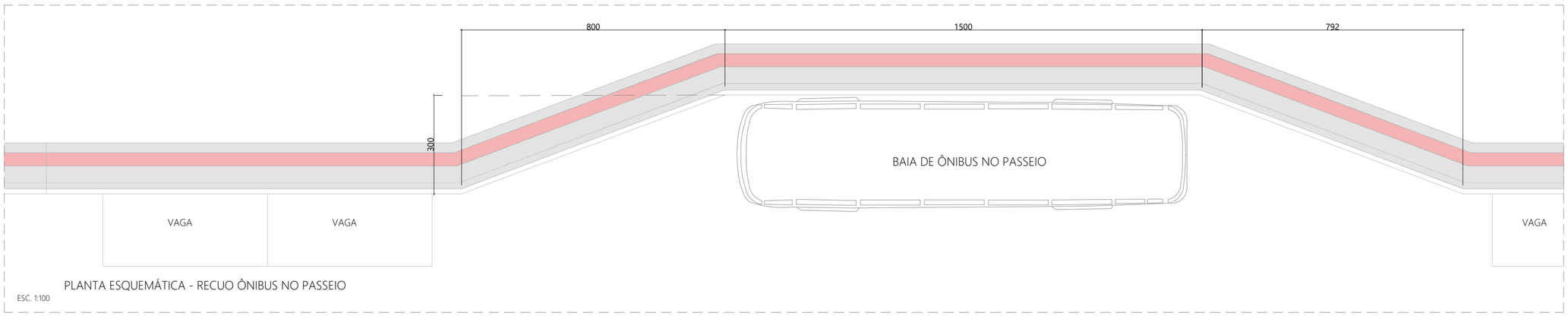
ESC. 1:100



PLANTA ESQUEMÁTICA RECUO ÔNIBUS NA VIA

NOME DA VIA

ESC. 1:100



PLANTA ESQUEMÁTICA - RECUO ÔNIBUS NO PASSEIO

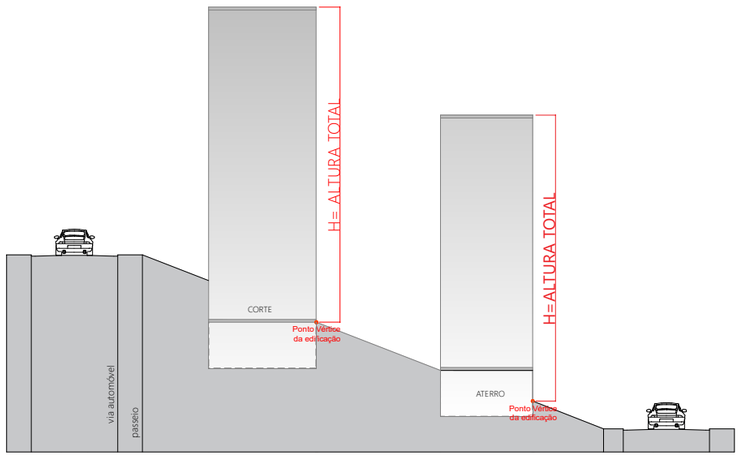
ESC. 1:100

DESENHO 5 - DEFINIÇÕES ESPECÍFICAS DE RECUOS PARA O PASSEIO PÚBLICO

PREFEITURA DE BRUSQUE

ANEXO VIII - CADERNO DE DESENHOS - 5/6

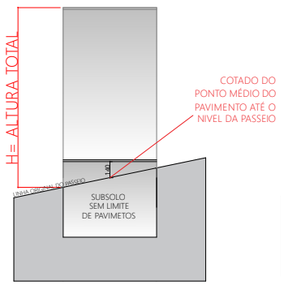
Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 2408191153582AB29



ALTURA DE EDIFICAÇÕES E SUBSOLO

H = Maior altura em relação a todos os pontos vértices da edificação.

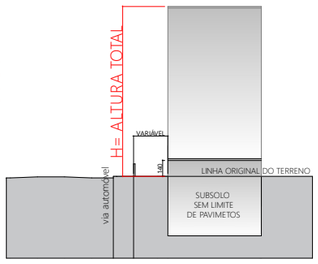
ESCALA 1:300



ALTURA DE EDIFICAÇÕES E SUBSOLO

CORTE FRONTAL

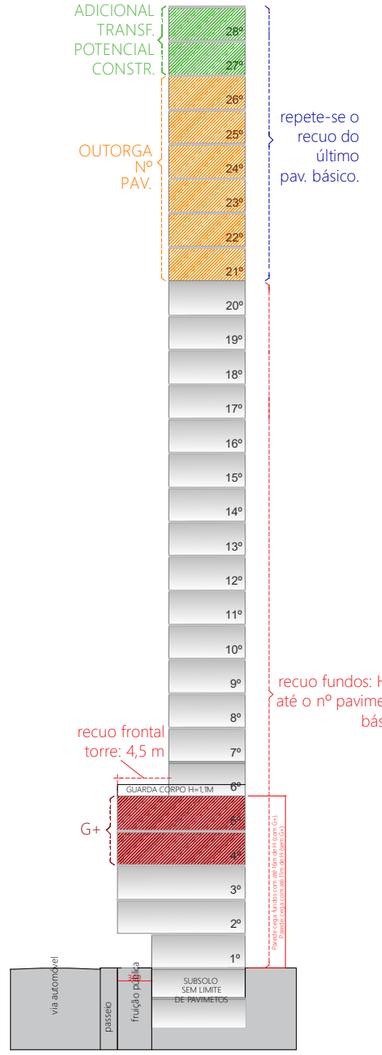
ESCALA 1:300



ALTURA DE EDIFICAÇÕES E SUBSOLO

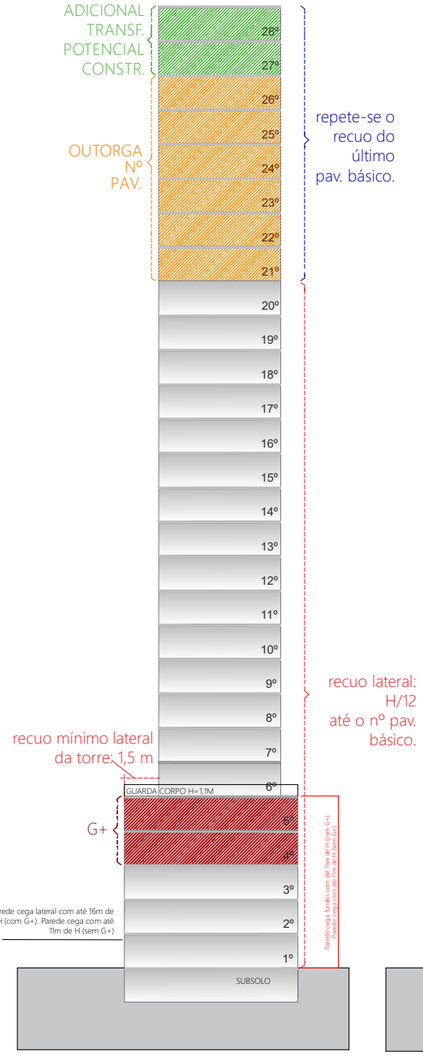
CORTE LATERAL

ESCALA 1:300



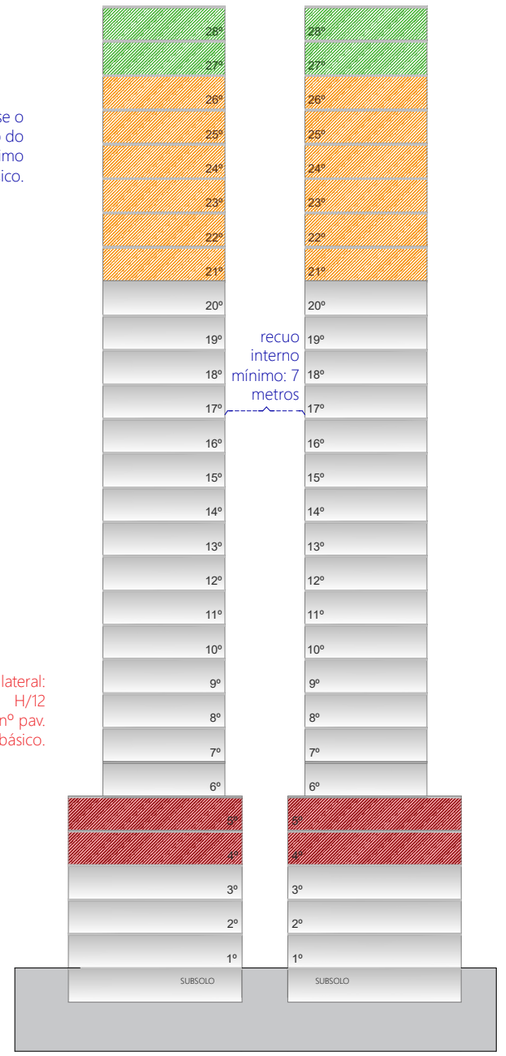
AFASTAMENTO FRONTAL

ESCALA 1:300



AFASTAMENTO LATERAL

ESCALA 1:300



AFASTAMENTO PARA EMPRENDIMENTOS COM DUAS TORRES OU MAIS

ESCALA 1:300

DESENHO 6 - OBSERVAÇÕES QUANTO A RECUOS, ALTURAS E SUBSOLO

PREFEITURA DE BRUSQUE

ANEXO VIII - CADERNO DE DESENHOS - 6/6

Documento assinado digitalmente
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camarabrusque.sc.gov.br/cer e informe o código: 24081911544 2F3D29